

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

GABRIELA VIEIRA DE OLIVEIRA PIOVEZAN

**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO ACERCA DO
PAPEL DA ESCOLA NA RUPTURA DA CADEIA DE VIOLÊNCIA**

**SÃO MATEUS-ES
2021**

GABRIELA VIEIRA DE OLIVEIRA PIOVEZAN

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO ACERCA DO
PAPEL DA ESCOLA NA RUPTURA DA CADEIA DE VIOLÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, com requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências, Tecnologia e Educação.

Orientadora: Dra. Alice Melo Pessotti.

SÃO MATEUS-ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

P662v

Piovezan, Gabriela Vieira de Oliveira.

Violência sexual infantil: um estudo acerca do papel da escola na ruptura da cadeia de violência / Gabriela Vieira de Oliveira Piovezan – São Mateus - ES, 2021.

106 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof^a. Dr^a. Alice Melo Pessotti.

1. Violência sexual. 2. Abuso sexual infantil. 3. Ambiente escolar. I. Pessotti, Alice Melo. II. Título.

CDD: 371.78

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

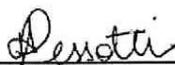
GABRIELA VIEIRA DE OLIVEIRA PIOVEZAN

**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO ACERCA DO
PAPEL DA ESCOLA NA RUPTURA DA CADEIA DE VIOLÊNCIA**

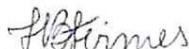
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 07 de maio de 2021.

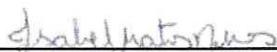
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Alice Melo Pessotti
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Profa. Dra. Luciana Barbosa Firmes Marinato
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Isabel Matos Nunes
Universidade Federal do Espírito Santos (UFES)

DEDICATÓRIA

A minha família, que não só me deram incentivo, como também se uniram a mim para a realização deste sonho de conclusão do Mestrado como ponto de partida para o fortalecimento da minha carreira profissional.

AGRADECIMENTOS

A minha filha Carol, pela compreensão e paciência nos dolorosos, mas necessários, momentos de ausência que se sucederam no início deste curso.

À minha prezada professora orientadora, Dra.Alice Melo Pessotti, pela paciência e atenção nas mais que orientações, conselhos e suporte imprescindíveis. Sem suas contribuições a finalização deste trabalho seria inviável.

Obrigada pelo acolhimento e pela direção que me proporcionou. Suas palavras e ajuda foram essenciais para que chegasse até aqui.

Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida e viver com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem se atreve... E a vida é muito para ser insignificante

Charles Chaplin

RESUMO

PIOVEZAN, Gabriela Vieira de Oliveira. **Violência sexual infantil: um estudo acerca do papel da escola na ruptura da cadeia de violência.** 106 f. 2021. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Vale do Cricaré, 2021.

Considerado como uma das piores formas de violência contra crianças, o abuso sexual é um mal que insistentemente vem se perpetuando na sociedade e atinge todas as classes sociais, com características que o torna particularmente difícil de se identificar tanto pelas próprias crianças vítimas desse crime quanto pelos adultos que deveriam agir como figuras protetoras. A escola surge nesse cenário como um ambiente privilegiado para detecção e reposta de prováveis situações que venham a ameaçar o bem-estar e o desenvolvimento das crianças vítimas de violência sexual. Ao identificar carência de um projeto educativo e preventivo ou mesmo qualquer tipo de formação continuada é necessário desenvolver ações ou estratégias no ambiente escolar para informação e proteção das crianças contra o abuso sexual. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral identificar de que forma os documentos oficiais da educação abordam a temática da violência sexual contra a criança, bem como sua prevenção e como essa temática vem sendo inserida no cotidiano da escola. Para desenvolvimento da pesquisa adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com base em estudos elaborados por autores que discorrem sobre a educação à sexualidade, bem como sobre a incidência de abuso sexual infantil. Também compreende a uma pesquisa documental, utilizando-se de uma análise as cartilhas educativas produzidas pelos órgãos públicos a fim de promover a educação à sexualidade das escolas brasileiras. Como resultado, foi possível identificar que os Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual atribui a escola o papel de dialogar sobre a educação à sexualidade, de modo a contribuir para as concepções, valores e crenças acerca da sexualidade, bem como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e a incidência de violência sexual infantil. Também constatou-se a diversidade de Cartilhas Educativas, voltadas à professores e alunos que discute sobre a sexualidade, de modo a orientar as crianças e adolescentes quanto aos aspectos inerentes a educação à sexualidade, abarcando ainda orientações quanto ao que deve ser feito em casos de suspeita ou ato de abuso e/ou violência sexual infantil. Como proposta de produto educativo, o presente estudo culminou no desenvolvimento de um blog ilustrado e digital destinado aos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede municipal com o intuito de orientar sobre o desenvolvimento de metodologias para se trabalhar a educação à sexualidade na prática diária e, as formas de enfrentamento de qualquer tipo de abuso sexual infantil.

Palavras-Chave: Violência sexual; Abuso sexual infantil; Ambiente escolar.

ABSTRACT

PIOVEZAN, Gabriela Vieira de Oliveira. **Child sexual violence: a study on the role of the school in breaking the chain of violence.** 106 f. 2021. Dissertation (Master) - Faculdade Vale do Cricaré, 2021.

Considered as one of the worst forms of violence against children, sexual abuse is an evil that has persistently perpetuated itself in society and affects all social classes, with characteristics that make it particularly difficult to identify both by the children who are victims of this crime and by the adults who should act as protective figures. The school appears in this scenario as a privileged environment for detecting and responding to probable situations that may threaten the well-being and development of children who are victims of sexual violence. When identifying the lack of an educational and preventive project or even any type of continuing education, it is necessary to develop actions or strategies in the school environment to inform and protect children against sexual abuse. In this sense, the present study has the general objective of identifying how the official education documents address the theme of sexual violence against children, as well as its prevention and how this theme has been inserted in the school routine. For research development, bibliographic research was adopted as a methodology, based on studies prepared by authors who discuss sexuality education, as well as the incidence of child sexual abuse. It also comprises a documentary research, using an analysis of the educational booklets produced by public agencies in order to promote sexuality education in Brazilian schools. As a result, it was possible to identify that the National Curriculum Parameters: Sexual Orientation assigns the school the role of dialoguing on sexuality education, in order to contribute to the conceptions, values and beliefs about sexuality, as well as the prevention of sexually transmitted diseases, unwanted pregnancy and the incidence of sexual violence against children. There was also a diversity of Educational Booklets, aimed at teachers and students who discuss sexuality, in order to guide children and adolescents as to the aspects inherent to sexuality education, also covering guidelines as to what should be done in cases of suspected or act of child sexual abuse and / or violence. As an educational product proposal, the present study culminated in the development of an illustrated and digital blog for teachers of Early Childhood Education and Elementary School in the municipal network in order to guide on the development of methodologies to work on sexuality education in daily practice. And ways of coping with any type of child sexual abuse.

Keywords: Sexual violence; Child sexual abuse; School environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sinais mais comuns de violência contra criança e adolescentes.....	66
Figura 2 - Fluxograma de enfrentamento de abuso sexual extrafamiliar.....	68
Figura 3 - Fluxograma de enfrentamento de abuso sexual intrafamiliar.....	69
Figura 4 - Traduzindo a violência	75
Figura 5 - Ranking das Denúncias por UF em 2010	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Amostra de Teses e Dissertações do catálogo da CAPES relacionados ao tema deste trabalho.....	18
Quadro 2 - Pressupostos falsos sobre o abuso sexual infantil.....	29
Quadro 3 - Impactos e sintomas emocionais e comportamentais do abuso sexual na criança.....	35
Quadro 4 - O comportamento diante da comprovação do abuso.....	42
Quadro 5 - Indicadores na conduta de crianças e adolescentes:.....	56
Quadro 6 - Indicadores na conduta de crianças e adolescentes:.....	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DIÁLOGO COM PESQUISAS DA ÁREA	18
2.1	O QUE É EDUCAÇÃO À SEXUALIDADE E COMO TEM SIDO O DIÁLOGO SOBRE SEXUALIDADE?.....	24
2.2	COMPREENDENDO O ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	28
2.3	DINÂMICA E SINAIS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	32
2.4	PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN'S) – ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	36
2.5	O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	40
2.6	LIDANDO COM UMA SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA.....	42
3	METODOLOGIA	45
3.1	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	46
3.2	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	47
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
4.1	O QUE DIZEM OS PCN's SOBRE O ABUSO SEXUAL.....	49
4.2	O QUE DIZEM AS CARTILHAS?.....	53
4.2.1	CARTILHA 1 - Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	54
4.2.2	CARTILHA 2 - Campanha de Prevenção a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa	61
4.2.3	CARTILHA 3 - Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento	64
4.2.4	CARTILHA 4 - Aprendendo a Prevenir: orientações para combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes	70
4.2.5	CARTILHA 5 - Infância Violada: orientações de enfrentamento ao abuso sexual infantil	72
4.2.6	CARTILHA 6 - Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer	74

4.3 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS EM ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL.....	77
5 PRODUTO FINAL	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE A: O QUE DIZEM AS CARTILHAS SOBRE O ABUSO SEXUAL	90
APÊNDICE B: PRODUTO FINAL.....	95

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é considerado uma das piores formas de violência contra crianças e adolescentes e sua incidência é cada vez mais evidente em todas as classes sociais. Para uma criança violentada seu impacto se estende ao longo do tempo, o que o torna também um problema de saúde pública global a curto, médio e longo prazo.

Apesar de ser classificado como uma forma de violência, o abuso sexual infantil apresenta uma série de características que o tornam particularmente difícil de identificar, tanto pelas próprias crianças, que estão sofrendo, quanto pelos adultos em seu ambiente, que tem o dever de agir como figuras protetoras.

Diante disso, a escola torna-se um ambiente privilegiado para detectar e responder a situações que ameaçam o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, como a violência sexual, sendo esta responsável pela promoção da educação à sexualidade.

A escola como mediadora do conhecimento, cuja finalidade é garantir a aprendizagem de conhecimento, as habilidades e os valores necessários para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, tem o dever de discutir as questões relacionadas à sexualidade com os alunos, sendo esse um canal pelo qual a criança e adolescente poderão compreender sobre as doenças sexualmente transmissíveis, sobre as formas de prevenção de doenças, sobre os métodos contraceptivos, além de saber como lidar com situações constrangedoras e inclusive de assédio e violência sexual.

Nesse sentido, as escolas devem estar sempre um passo à frente, incentivando seus professores na promoção de ações e projetos de prevenção e resposta ao abuso sexual infantil de forma a garantir um ambiente seguro para as crianças de maneira que estas sejam capazes de solicitar ajuda diante de qualquer situação de vulnerabilidade identificada.

Os malefícios que a exposição à violência tem em todas as áreas do desenvolvimento infantil são inegáveis. Em relação ao desenvolvimento educacional, estudos realizados por Eckenrode et al. (2012), Crosson-Tower (2003) e Finkelhor (2012) sugerem que a violência contra crianças tem consequências nas chances de sucesso escolar, levando a piores resultados educacionais, maiores casos

de repetências, baixa autoestima, descrédito em si mesma, confusão mental e risco de abandono escolar precoce.

Soma-se a isso o fato de que, como resultado do modelo de relacionamento baseado na violência, as crianças vítimas de violência sexual acabam exteriorizando um aumento no número de comportamentos disruptivos, que, no ambiente escolar, geralmente levam a punições e expulsões.

O abuso sexual infantil é um tipo de violência contra crianças que pode se manifestar de formas diferentes e possui características específicas que precisam ser compreendidas pelos profissionais que lidam com essas crianças, para lhes proporcionarem a devida proteção e prevenção eficaz.

Essa experiência carrega um componente traumático inquestionável que interfere no desenvolvimento da criança e afeta várias áreas de sua vida. Dentre as consequências estudos apontam a dificuldade de aprendizagem, de socializar-se, a dificuldade no desenvolvimento integral da criança e adolescente, dentre consequências ligadas aos aspectos psicológicos e comportamento da criança e adolescente.

Nesse sentido, torna-se essencial a discussão acerca do abuso sexual infantil, através da promoção da educação à sexualidade, na qual a escola passa a assumir o papel de orientar as crianças e adolescentes sobre a sexualidade, a conhecer o seu corpo, a entender quando a relação sexual é saudável e quando não é, a identificar sinais de violência sexual, sobretudo, a incidência de abuso sexual infantil.

A necessidade de abordagem da sexualidade nas escolas surge frente a ausência de um diálogo aberto entre as crianças e adolescentes com seus familiares, e até mesmo por motivos de cultura, religiosidade e valores conservadores, que implantam um tabu na sociedade de que falar de sexo nas escolas é promover o início da vida sexual da criança.

Assim, identifica-se a ignorância da sociedade frente aos problemas de violência sexual infantil, que vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) em 2015 a cada 11 minutos uma criança era abusada sexualmente. Um levantamento realizado em 2019 identificou um aumento no índice de violência sexual, passando para um estupro a cada 08 minutos, resultando em 66.123 boletins de ocorrência de estupro a vulnerável no Brasil.

Desse modo, torna-se cada vez mais necessário a abordagem sobre a educação à sexualidade nas escolas, a fim de conscientizar e orientar as crianças e adolescentes, os pais e os professores sobre os sinais de incidência de violência sexual infantil, e as formas como essa violência ocorre.

Frente ao exposto, esta pesquisa compreende a necessidade de adoção de medidas educativas que visem prevenir contra o abuso sexual infantil. Assim, o estudo busca responder a seguinte problemática: **como a escola pode auxiliar no processo de prevenção e alerta contra o abuso sexual infantil?**

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é identificar de que forma os documentos oficiais da educação abordam a temática da violência sexual contra a criança e adolescente, bem como sua prevenção, e se essa temática vem sendo inserida no cotidiano da escola.

Para contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, alguns objetivos específicos tornam-se necessários, sendo eles:

- Analisar os documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), Estado do Espírito Santo e Município de Itapemirim que abordam o tema da violência sexual contra a criança;
- Analisar as cartilhas educativas que retratam a temática da Educação à Sexualidade;
- Identificar se e de que forma as escolas do município de Itapemirim abordam os assuntos relacionados à educação à sexualidade;
- Verificar, com base na abordagem teórica e nos documentos pesquisados, quais são os sinais, sintomas e consequências da violência sexual contra a criança;
- Descrever o papel da escola na prevenção e intervenção nos casos de abuso sexual contra a criança;
- Elaborar um blog destinado às crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com fins de orientação no processo de educação à sexualidade; bem como aos professores como proposta pedagógica para auxiliar nas atividades que trabalham a identidade da criança, o conhecimento de si próprio e do corpo.

1.1 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se inicialmente pela experiência presenciada por esta pesquisadora, que enquanto profissional já trabalhou com muitas pessoas vítimas de abuso sexual, e constatou o despreparo dos profissionais das diversas áreas para lidarem com situações de crianças e adolescente que sofre ou já sofreram violência sexual.

Dentre as ações que evidenciaram o despreparo pode-se citar a ausência de uma abordagem com a criança ou adolescente vítima da violência, a ausência de saber compreender os sinais e comportamentos que permitem identificar vítimas de abuso sexual, e até a ausência de conhecimento sobre os órgãos responsáveis pela denúncia, investigação dos casos e principalmente o cuidado e suporte a criança ou adolescente violentado.

É notório que os casos de violência sexual infantil têm crescido ano após ano, e a crueldade na violência mostra que a sociedade precisa urgentemente de rever seus conceitos, valores éticos e morais, e entender a necessidade de falar de sexualidade com crianças e adolescentes.

Observa-se nos casos já presenciados que a maioria das vítimas não receberam orientação acerca da educação a sexualidade, tornando esse ponto fundamental para a implantação de políticas públicas e ações educativas pedagógicas que visem a conscientização, a orientação e, sobretudo a prevenção de incidência de violência sexual em crianças e adolescentes.

Sobre esse ponto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) ressaltam a importância do trabalho de Orientação Sexual para a prevenção do abuso sexual com crianças e adolescentes, que além de ser considerado crime, conforme art. 213 e 217-A do Código Penal, é um problema de segurança pública que tem aumentado drasticamente. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), no ano de 2015 os números revelavam que a cada 11 minutos um estupro acontecia.

Em 2019 a situação tornou-se mais alarmante, vez que foram 66.123 boletins de estupro e estupro de vulnerável, sendo registrado um estupro a cada 8 minutos. Outro fato que chama atenção é que 70,5% dos crimes de estupro são de vulneráveis, que consiste na conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PUBLICA, 2020).

Outro fator que ressalta a importância da Orientação Sexual nas escolas é a faixa etária das vítimas de estupro de vulnerável, que indica que 57,9% são menores de 13 anos, na qual 11,2% são bebês de 0 a 4 anos e 18,7% são crianças com idade entre 5 a 9 anos de idade.

Desse modo, a inclusão da educação à sexualidade nas escolas contribui para a prevenção de abuso e estupro de vulnerável. Os PCN's retratam as orientações sexuais as crianças e aos adolescentes como forma de "[...] favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene" (BRASIL, 1997, p. 293).

Os PCN's ainda ressaltam a contribuição da Orientação Sexual para fortalecer a autoestima de crianças e adolescentes, visto que estas compreendem que não deve se submeter ao outro sem consentimento, sendo o abuso sexual um crime e se sentem mais confiantes a se imporem e a denunciarem situações que enseja o abuso sexual.

Nesse sentido, verifica-se que muitas pesquisas têm dissertado acerca da postura das instituições de ensino e do professor de educação infantil como parte do processo de educação à sexualidade, ou seja, como sujeito que faz parte da promoção de ações de prevenção e resposta ao abuso sexual infantil. No entanto, muitas mudanças ocorreram nas últimas décadas que afetaram dramaticamente a resposta de cada criança e da sociedade aos maus-tratos infantis, assim como a complexidade dos problemas enfrentados pelos pais e seus filhos.

Nesse sentido, este trabalho visa trazer à luz da discussão o atual panorama das orientações quanto a educação à sexualidade e a forma como a escola e/ou órgãos públicos (Ministério da Educação, por exemplo) tem lidado com isso, o papel dos educadores nesse contexto, e as estratégias de prevenção e intervenção, quando necessário, para se combater o abuso sexual infantil.

É preciso se construir uma resposta coordenada entre pais, professores, gestores e coordenadores escolares, ao abuso sexual infantil de forma a fornecer uma base de conhecimento para o envolvimento desses profissionais no combate a esse problema. Soma-se a isso o fato de que poderá ainda ser uma referência para outros profissionais envolvidos na proteção da criança.

Logo, a importância de se desenvolver este tema voltado para o papel do professor como promotor da prevenção ao abuso sexual infantil tornou-se justificativa

maior para que este trabalho venha propor uma nova discussão com sua pesquisa e os dados obtidos no decorrer da pesquisa.

2 DIÁLOGO COM PESQUISAS DA ÁREA

Neste capítulo, apresenta-se as discussões teóricas, que estão divididas em duas partes, sendo a primeira caracterizada pela revisão de literatura realizada na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que compreende os estudos realizados por outros autores acerca da temática da Violência Sexual Infantil e o papel da escola como mediadora de conhecimentos, para promoção da orientação sexual desde as séries iniciais.

A segunda parte caracteriza-se pelo levantamento de pesquisas na Base de dados da *Scielo* e do *Google Acadêmico*, apresentando os resultados obtidos pelos pesquisadores que contribuíram para o embasamento teórico deste estudo, elencando diversas opiniões e classificações que evidencia a importância do papel da escola frente ao crescente número de violência sexual infantil.

Assim, os resultados das pesquisas realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que hospedam dissertações e teses realizadas nos últimos vinte anos, tiveram como objetivo apontar os títulos que dialogam com a proposta desta pesquisa.

Em relação aos critérios usados na seleção dos trabalhos, ressalta-se que as buscas foram realizadas com base nos descritores “violência sexual”, “abuso sexual infantil”, “educação sexual” utilizados de forma individual e depois conjuntamente. Com fulcro nos descritores evidenciados, identificou-se 23 dissertações na área, sendo selecionada desse universo uma amostra de 5 pesquisas, relacionadas no Quadro 1.

A partir de buscas com base em descritores, comuns ao objetivo da pesquisa, realizou-se a seleção dos trabalhos por meio da leitura dos títulos, seus resumos e introduções para identificar aqueles que dialogam com o objetivo deste estudo e assim, estabelecer um diálogo em que possibilitassem o apontamento de distanciamentos e aproximações com a proposta dessa pesquisa.

Quadro 1 - Amostra de Teses e Dissertações do catálogo da CAPES relacionados ao tema deste trabalho

Títulos Selecionados	Autor/Ano
----------------------	-----------

Violência sexual infantil: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção.	SPAZIANI (2013)
Significados do abuso sexual no olhar de meninas adolescentes de uma escola pública municipal de Feira de Santana.	FREITAS (2015)
Abuso Sexual Infantil: Preparados, Senhores Bacharéis?	CARIBÉ (2016)
Análise do jogo “trilha da proteção” - como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil.	MEYER (2017)
A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores.	ZOCCA (2015)

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Elaborada pela autora (2020)

Dados da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, ABRAPIA (2002) revelam que, em relação à realidade brasileira, a primeira forma de maus-tratos contra crianças e adolescentes é a agressão física. Em segundo lugar vem o abuso sexual como forma mais recorrente. No Brasil foram registrados ao menos 32 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes em 2018 - o maior índice de notificações já registrado pelo Ministério da Saúde – que equivale a mais de três casos por hora.

Trata-se de estatísticas assustadoras que revelam ainda que, segundo números do próprio Ministério da Saúde, dois terços dos abusos sexuais cometidos no ano de 2018 se deram do âmbito familiar, onde em 25% dos casos os abusadores eram amigos ou conhecidos da vítima e, mais lamentável ainda, 23% das ocorrências tiveram o pai ou padrasto como abusador.

Assim, considerando-se que a escola é um local privilegiado para a prevenção e a detecção precoce da violência sexual contra crianças, faz-se necessário que o tema seja abordado em cursos de formação inicial à violência sexual infantil, a fim de que os/as professores/as estejam preparados/as para lidar com tais situações, bem como reconheçam o seu papel na proteção da criança.

Nesse sentido, pesquisa de Spaziani (2013), intitulada “Violência sexual infantil: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção” discorre sobre a ótica da vitimização sexual que ocorre na relação de poder entre um adulto e uma criança onde, o primeiro coage a vítima para que esta satisfaça os seus interesses, expectativas e desejos sexuais. Nesse sentido, o professor enquanto educador torna-

se figura fundamental no rompimento do silêncio a respeito da violência sexual infantil, visto que é alguém em quem a criança confia e tem acesso facilmente.

De acordo com Spaziani (2013) apesar de ser necessário dialogar sobre sexualidade, identificação e denúncia de situações de violência sexual infantil, muitos professores têm receio de realizar um projeto sobre essa temática, seja por despreparo pessoal e profissional, seja por temor em sofrer represálias da família e/ou da escola.

Os resultados obtidos na pesquisa de Spaziani (2013) indicam que a maior parte dos professores compreende a violência sexual como um fenômeno que vai além do ato sexual e que é explicada, em sua grande maioria, como consequência de uma família desajustada, distúrbios psicológicos do agressor, fatores socioeconômicos, bem como está associada à religião. Além disso, acreditam que a criança vitimizada manifesta sintomas em sala de aula, assim como a violência sexual pode ter consequências negativas para essa criança.

Em análise da pesquisa de Freitas (2015), intitulada “Significados do abuso sexual no olhar de meninas adolescentes de uma escola pública municipal de Feira de Santana”, percebe-se que esta, por sua vez, aborda o abuso sexual, nas formas intra e extrafamiliar, como um grave problema de saúde pública devido às implicações psicossociais, legais e médicas que possui.

Em seu estudo Freitas (2015) buscou compreender o significado do abuso sexual para meninas adolescentes de uma escola da rede básica no município de Feira de Santana-BA, baseando-se na coleta de dados, através de uma entrevista semiestruturada com 13 adolescentes do sexo feminino. De acordo com Freitas (2015) sua pesquisa permitiu compreender que o abuso sexual para as adolescentes é concebido na perspectiva de comercialização do corpo e em muitas situações a vítima é colocada como a culpada pelo ato abusivo, inclusive por parte da própria família, colocando-a como incitadora do abuso.

Soma-se a isso o fato de que o medo, aliado à vergonha de revelar o abuso, é um dos motivos principais para manutenção do silêncio. Sinalizou-se ainda que o abuso sexual no olhar de meninas adolescentes escolares pode deixar marcas psíquicas, emocionais e físicas que comprometem o desenvolvimento do adolescente. A vítima pode desenvolver perda violenta da autoestima, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, abandono escolar, dificuldade para estabelecer relações e se isolar socialmente.

Assim, esse olhar de meninas adolescentes escolares sobre o significado do abuso sexual fornece subsídios para um projeto de intervenção do poder público pautado em dimensões éticas, políticas, administrativas e assistenciais para prevenir e combater essa que é uma das maiores, e piores, mazelas sociais desse país.

Em relação à pesquisa de Caribé (2016), intitulada “Abuso Sexual Infantil: Preparados, Senhores Bacharéis?”, cujo objetivo é analisar o ensino jurídico sobre a ótica da formação interdisciplinar do profissional de Direito visando à garantia de proteção à criança vítima de abuso sexual infantil, constata-se a relação dos direitos humanos e aspectos de saúde interligados de forma direta ao abuso sexual infantil destacando a necessidade de um enfrentamento numa abordagem genuinamente interdisciplinar para se alcançar eficácia da redução de danos, interrupção do ciclo de violência, reconstrução de vínculos familiares e a não revitimização da criança.

De acordo com Caribé (2016), é necessária a realização de um trabalho conjunto com profissionais da área jurídica que possuam formação e abordagem plurais, a fim de evitar a produção de dano adicional à vítima e sua família. Para isso é preciso que os cursos de Direito no estado da Bahia tenham essa natureza interdisciplinar necessária à formação do futuro profissional para lidar com questões relativas à proteção integral da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar.

A referentepesquisa também intenta-se analisar o abuso sexual infantil intrafamiliar e suas implicações subjetivas em relação à vítima e sua família para se promover, à luz do direito, uma discussão sobre a amplitude do ensino jurídico brasileiro na perspectiva interdisciplinar e seus reflexos na proteção integral da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar.

Destaca-se aqui a importância da interdisciplinaridade na formação do profissional jurídico ainda muito marcada pelo ensino da letra da lei. O enfrentamento do abuso sexual infantil intrafamiliar pelo Direito requer a atuação de profissionais com perfil ético e capacidade de responder com pertinência aos desafios que se colocam em tempos de transformações sociais através de habilidades, competências e sensibilidade que se coadunem com a crescente disseminação da ideia de interdisciplinaridade.

A pesquisa intitulada “Análise do jogo “trilha da proteção” - como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil”, desenvolvida por Meyer (2017), pautado pelo apoio e combate declarados da Organização Mundial de Saúde (OMS) buscou evidenciar a violência sexual infantil como um problema de saúde

pública e a necessidade de se elaborar estratégias e materiais didáticos que possam auxiliar no seu enfrentamento de forma objetiva para diminuir a vulnerabilidade das crianças e ajudar os adultos a trabalharem com este tema da melhor maneira possível.

Nesse sentido, Meyer (2017) destacou a importância do uso de jogos como ferramentas pedagógicas de sucesso em outras áreas do ensino aprendizado, nesse caso em específico o jogo “Trilha da Proteção”, uma ferramenta lúdica criada por um grupo de professores para auxiliar na prevenção de violência sexual de crianças de 6 a 12 anos.

O jogo Trilha da Proteção segue o modelo de um jogo de tabuleiro comum, no qual os jogadores seguem uma trilha de casas com símbolos. Através do número aleatório resultando do lançamento de dados, o jogador move um avatar ou peão através do caminho. Se o avatar parar em uma casa com o símbolo de interrogação (“?”), deverá retirar um cartão colocado previamente em uma pilha no tabuleiro. Um adulto conhecedor das regras lê os dizeres do cartão e espera a resposta do jogador.

Se a resposta for considerada correta ou satisfatória pelo resto dos jogadores, ele pode lançar novamente os dados e avançar, caso contrário deverá aguardar uma rodada para responder a uma nova pergunta. O jogador que chegar ao final da trilha é intitulado “protegido”, entretanto o jogo continua e inclusive este jogador pode permanecer auxiliando os demais a dar as respostas corretas. Os cartões contêm questões sobre movimentos e investidas de autores de violência sexual, situações de risco passíveis de se evitar, o que fazer para denunciar uma situação de violência sexual, quem a criança deve procurar para auxiliá-la quando se reconhecer numa situação de perigo para este tipo de violência, etc.

Após análise minuciosa de especialistas e professores envolvidos sobre os resultados pedagógicos alcançados, o jogo foi considerado muito satisfatório, podendo ser classificado de objeto de aprendizagem, apesar de ter sido descoberto alguns pontos falhos ou informações/características que se adicionadas, podem melhorar a qualidade do jogo.

Contudo, observa-se que a aplicação de ações pedagógicas dentro do ambiente escolar, através de atividades lúdicas, como o exemplo abordado por Meyer (2017) é fundamental para que se promova a educação à sexualidade as crianças e adolescentes, instigando a cada um analisar uma situação e a apresentar uma atitude frente a ela, que acompanhado pelo educador, poderá auxiliar dizendo se a atitude é a mais correta ou não.

Por fim, a pesquisa de Zocca (2015), intitulada “A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores” destaca que a educação à sexualidade, inserida no contexto escolar por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem como intuito estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou elaboração dessa proposta pelos Estados ou escolas integrantes dos sistemas de ensino. Assim, a pesquisa buscou identificar a existência ou não da prática de ensino da sexualidade nas escolas, como ela é desenvolvida e as dificuldades encontradas quando é aplicada.

A pesquisa foi aplicada a 12 gestores municipais de uma cidade no interior do Estado de São Paulo. Os resultados revelaram que os gestores têm uma definição parcial da sexualidade e educação sexual geralmente associando-as a saúde, prevenção, doenças e gravidez precoce, tratando-a somente pela visão biológica e fisiológica e como senso comum, sem embasamento teórico e científico (Zocca, 2015).

Como obstáculos maiores à implementação de ações para desenvolver de forma eficiente a educação à sexualidade na escola, os gestores destacaram a falta de um profissional especializado, o apoio da família, a questão religiosa, a faixa etária e o preconceito. Houve ainda relatos da necessidade de capacitação nessa área para os professores - iniciativa que segundo os gestores compete ao Estado ou Município -, uma vez que, mesmo com os PCN's como respaldo eles sentem falta de políticas públicas efetivas.

Por fim, constatou-se na pesquisa de Zocca (2015) a concordância absoluta sobre a necessidade fundamental de se respaldar o professor para uma abordagem, devida e adequada, da educação sexual com as crianças, seja pela questão preventiva ou protetiva.

Assim, apesar da existência de uma legislação que determine a inserção da educação à sexualidade nas escolas, ela não é o suficiente para sua efetivação, visto que, para que isso ocorra de forma eficiente é preciso uma participação mais contundente das Secretarias de Educação viabilizando toda uma estrutura (política pública, capacitação e os recursos necessários) para sua realização.

2.1 O QUE É EDUCAÇÃO À SEXUALIDADE E COMO TEM SIDO O DIÁLOGO SOBRE SEXUALIDADE?

A abordagem da educação à sexualidade nos dias atuais ainda é considerada um tabu, e consiste numa difícil realidade em levar o conhecimento sobre a sexualidade para crianças e adolescentes. Além disso, é um assunto complexo, pelo fato de que a sociedade possui pensamentos diferentes sobre questões relacionadas à sexualidade, seja pela cultura, os valores conservadores, pela classe social, ou até mesmo por pensarem que ao abordar sobre sexualidade para crianças e adolescentes estarão incentivando a prática sexual precocemente (HALSTEAD, REISS, 2003).

No entanto, apesar da ausência de um consenso sobre o que incluir nos programas de educação à sexualidade, Ponzetti (2016) destaca que as escolas podem encontrar valor na compreensão das diferentes perspectivas e como essas perspectivas influenciam as discussões sobre a educação sexual.

No início do século 20, a educação sexual, assim como a educação em saúde e higiene, estava estreitamente concentrada nos aspectos físicos e morais da condição humana. Seu foco imediato na anatomia e fisiologia reprodutiva, junto com a ênfase na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) excluiu vários aspectos da saúde sexual e do desenvolvimento humano social, emocional e cognitivo intrínseco aos vários domínios interativos da sexualidade humana (ELIA, TOKUNAGA, 2015).

Sobre os aspectos de interação e intersecção da sexualidade Zimmerman (2015) define a educação em sexualidade como um processo vitalício de aquisição de informações e formação de atitudes, crenças e valores sobre tópicos importantes como identidade, relacionamentos e intimidade.

Além disso, ressalta que o objetivo principal da educação à sexualidade é promover a saúde sexual de jovens e adultos, bem como auxiliar os indivíduos a desenvolver uma visão positiva da sexualidade, fornecer-lhes as informações de que precisam para cuidar de sua saúde sexual, e ajudá-los a adquirir habilidades para tomar decisões agora e no futuro (ZIMMERMAN, 2015).

No sentido mais amplo e inclusivo, e já voltado para a sexualidade de crianças e adolescentes, a educação à sexualidade também deve reconhecer a interação de fatores históricos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, legais, éticos, religiosos e morais, que incluem dentre outros pontos a conexão social com família, amigos e

comunidade relacionada à sexualidade de um e de outros; a segurança sobre sua sexualidade; os aspectos da sua sexualidade e como se alinham com as práticas espirituais e/ou religiosas; e a curiosidade de aprender sobre a própria sexualidade física ou biológica (ELIA, TOKUNAGA, 2015).

Além disso, Crocket et al. (2006) explicam as várias influências do comportamento sexual do adolescente, e que vão desde as influências biológicas (puberdade, fatores genéticos e modelos biosociais); influências socioculturais (família, por exemplo, relações pai-filho, controle parental, comunicação pai-filho, atitudes dos pais sobre sexo adolescente, status socioeconômico, influências de pares); a influenciadores psicológicos e comportamentais (atitudes e valores, desempenho acadêmico, ajuste psicológico e problemas de comportamento).

Segundo Coyle et al. (2016) apesar de existirem evidências limitadas para auxiliar as escolas quanto à adequação do desenvolvimento da educação à sexualidade, ainda há alguns objetivos gerais de planejamento curricular que devem ser construídos e desenvolvidos para o público da educação infantil, como forma de promover o conhecimento, visando a proteção da criança, de forma compreensível a idade.

Nesse sentido, compreende-se que dentre os objetivos da educação à sexualidade está o auxílio as crianças visando sua compreensão sobre as estruturas corporais de homens e mulheres e a adquirir conhecimentos sobre seu nascimento. Some-se a isso dar-lhe suporte para aceitar o papel e responsabilidade de seu próprio gênero, adquirindo conhecimento sobre sexualidade. Deste modo, será permitido compreender as diferenças e semelhanças entre os dois gêneros em termos de corpo e mente, estabelecendo uma base para o desenvolvimento futuro e seu relacionamento interpessoal (LOVEGROVE, SHERWIN, 2013).

De acordo com Blackburn (2009) a educação à sexualidade é um tipo de educação holística que ensina um indivíduo sobre a auto aceitação e a atitude e habilidades de relacionamento interpessoal. Ela também ajuda o indivíduo a cultivar um senso de responsabilidade para com os outros e consigo mesmo.

Hoje em dia, com o rápido crescimento informações, os conteúdos sobre à sexualidade estão em toda parte e acaba fatalmente despertando a curiosidade das crianças sobre sexo. Nesse sentido, Silverio Marques (2014) faz o seguinte questionamento em sua pesquisa: quando deve ser dada educação sexual? E por quem?

Assim como a escola, também os pais precisam inculcar conceitos corretos de sexo a seus filhos o mais cedo possível, antes que sejam enganados por revistas indecentes e mídia veicular. Quando as crianças crescem, elas precisam aprender e se adaptar às mudanças fisiológicas e psicológicas em diferentes estágios de desenvolvimento. Daí os objetivos de aprendizagem da educação à sexualidade variam com a idade das crianças e com o ambiente (SILVERIO MARQUES, 2014).

Para Zimmerman (2015) as crianças precisam de aconselhamento e orientação adequados e contínuos. Assim, como os pais são as pessoas essenciais que acompanham os filhos à medida que crescem, acabam sendo também a pessoa mais adequada para promover a educação à sexualidade aos filhos. Quanto mais cedo a educação à sexualidade for ministrada em casa, mais cedo as crianças serão capazes de estabelecer conceitos corretos sobre sexo e mais fácil será para a família e a escola lidar com a situação.

Dessa forma, a participação da família na educação à sexualidade é extremamente importante, assim como a escola, para que as crianças entendam seu papel e suas responsabilidades no momento em que irão interagir com outras pessoas. Assim, Dyson (2016) ressalta a necessidade de estabelecer pré-condições para a educação à sexualidade das crianças.

É preciso antes de qualquer coisa compreender a educação à sexualidade, o desenvolvimento psicológico e a perplexidade da criança e adolescente em crescimento. Posteriormente, a necessidade de se construir um bom relacionamento pai-filho e uma base para a interação futura de forma a sempre manter uma atmosfera familiar e harmoniosa. É preciso fazer com que as crianças se sintam amadas e cuidadas (DYSON, 2016).

Fortenberry (2014), por exemplo, destaca que algumas habilidades e métodos educacionais são vitais para se conduzir uma aprendizagem sexual maior e mais saudável. A escolha do momento oportuno e das perguntas e respostas certas podem induzir as crianças a pensar e fazer perguntas voluntariamente sem se sentirem envergonhadas e desrespeitadas.

Assim, para Goldfarb e Constantine (2011), é preciso estabelecer uma relação de confiança e enfatizar o desenvolvimento holístico ensinando os alunos e filhos a terem uma visão correta e esclarecida do sexo, de modo que sejam capazes de se

aceitar e afirmar sua autoestima, algo que lhes trará benefícios para o resto da vida deles.

O uso de materiais adequados deve acompanhar o processo da educação à sexualidade o tempo todo, aliado sempre ao desenvolvimento da inteligência das crianças. À medida que eles crescem, é preciso ter respostas mais específicas, até mesmo para a mesma pergunta, de forma a satisfazer sua busca por conhecimento, usando as palavras que eles entendem e através de uma forma de falar e os tons a que estão acostumados (GOLDFARB, CONSTANTINE, 2011).

Segundo Fortenberry (2014) é preciso entender os filhos e a si mesmo, pois só assim será possível se estabelecer uma confiança mútua com eles. Disso decorre a participação nas atividades deles e o compartilhamento de conversas, risos e soluções para entender seu pensamento, sua cultura e melhorar a comunicação quando se tratar de assuntos relacionados a sexo.

É preciso evitar os tons de sermão ou de ordem, com palavras que sejam ofensivas, diante de respostas ou perguntas que retratam total incompreensão deles em relação a assuntos relacionados ao sexo. Isso faz com que se sintam repugnantes e atrapalham de forma direta a comunicação, como "Como você pode ser tão estúpido?". Ao contrário, seja gentil, paciente e atencioso. Ouça-os com atenção e fale com eles em um tom suave e natural. Diante das opiniões tendenciosas sobre sexo ou quando as opiniões deles são diferentes das suas, não recomenda-se a demonstração de raiva, mas é impreterível entendê-los, ouvi-los e explicar-lhes com calma suas opiniões de forma honesta e objetiva (FORTENBERRY, 2014).

Desse modo, o importante no desenvolvimento da educação à sexualidade é o fato de que a opinião de cada pessoa sobre o sexo pode influenciar de alguma forma a atitude da criança perante a vida. O sexo faz parte da personalidade e a educação à sexualidade de todos e pode ajudar a desenvolver uma personalidade completa. Daí a importância de ser tratada como uma parte importante da educação familiar e ser ministrada também em casa desde a infância (DYSON, 2016).

Partindo-se desse pressuposto, é possível entender que se os pais puderem desenvolver uma boa comunicação com seus filhos, e também adotar os métodos educacionais corretos, será mais fácil o diálogo sobre sexualidade com as crianças e adolescente, bem como fundamental para a proteção da criança frente a violência de abuso sexual infantil.

2.2 COMPREENDENDO O ABUSO SEXUAL INFANTIL

É fundamental discutir sobre a sexualidade nos dias atuais, visando sobretudo a prevenção da ocorrência de violência sexual infantil. Para isso, torna-se essencial a abordagem da educação à sexualidade nas escolas, para se fornecer uma breve visão geral do abuso sexual infantil e dialogar sobre o papel dos educadores na prevenção e resposta a esse processo. É válido ressaltar que os pais têm o direito fundamental de criar seus filhos da forma que julgarem adequada, e a sociedade presume que eles agirão de acordo com os melhores interesses de seus filhos.

No entanto, no momento em que os pais não protegem seus filhos de danos ou satisfazem suas necessidades básicas - como nos casos de abuso sexual infantil - a sociedade tem a responsabilidade de intervir para proteger a saúde e o bem-estar dessas crianças, sendo essas intervenções regidas por leis federais e estaduais, além de padrões profissionais sólidos para sua prática.

Todos os dias, a segurança e o bem-estar de muitas crianças estão ameaçadas pelo abuso e negligência de seus pais e cuidadores e, intervir de forma eficaz na vida delas e de suas famílias, deixou de ser uma responsabilidade exclusiva da família ou do próprio Estado, tornando-se uma preocupação comum à toda sociedade.

O impacto que a exposição à violência tem em todas as áreas do desenvolvimento infantil é inegável. Em relação ao desenvolvimento da educação, vários estudos sugerem que a violência contra crianças tem consequências nas chances de sucesso escolar, levando a piores resultados educacionais, maiores níveis de absenteísmo, repetência e risco de abandono escolar precoce.

Segundo Davis e Gidycz (2000) o envolvimento de uma escola na prevenção deve ser dividido em programas desenvolvidos na própria escola, sejam comunitários ou através de ações individuais por parte dos educadores, uma vez que o abuso sexual de crianças é um tipo de violência contra crianças que pode se manifestar de formas diferentes e possui características específicas que precisam ser compreendidas para proporcionar uma proteção e prevenção eficaz às crianças.

Quanto à definição, apesar de existirem diferentes perspectivas dos pesquisadores, há um amplo consenso em torno do estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2006), que descreve o abuso sexual infantil como:

[...] o envolvimento de uma criança em uma atividade sexual que ela não compreende completamente, é incapaz de dar consentimento informado, ou para o qual a criança não está preparada para o desenvolvimento e não pode dar consentimento, ou que viola as leis ou os tabus sociais da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por esta atividade entre uma criança e um adulto ou outra criança que por idade ou desenvolvimento está em um relacionamento de responsabilidade, confiança ou poder, sendo a atividade destinada a satisfazer ou satisfazer as necessidades da outra pessoa (WHO, 2006, p. 1).

O abuso sexual infantil é, na maioria dos casos, uma experiência com um componente traumático inquestionável que interfere no desenvolvimento adequado da criança e afeta várias áreas de sua vida. Segundo Echeburúa e Guerricaechevarría(2000) as consequências psicológicas em curto prazo em vítimas de abuso sexual infantil, mostram sua alta frequência e diversidade. Somente entre 20 e 30% das vítimas permaneceriam emocionalmente estáveis após essa experiência, embora pudessem eventualmente desenvolver efeitos posteriores que teriam sido latentes.

Roberts et al. (2004) revela a existência de alguns pressupostos falsos sobre o abuso sexual infantil, um fato que ajuda a entender completamente esse processo na medida em que é rompido com algumas suposições ou mitos falsos em torno dele, dos quais destaca no quadro abaixo:

Quadro 2 - Pressupostos falsos sobre o abuso sexual infantil

O QUE SE FALA	O QUE SE TEM COMPROVADO
As crianças abusadas sexualmente são minoria	Estatísticas mostram que o abuso sexual de crianças é considerado pela OMS como um problema de saúde pública global, afetando 20% da população.
Crianças geralmente inventam histórias.	Elas fantasiam sobre coisas que estão perto de suas experiências da vida real. Logo, se estão exibindo comportamentos ou comentários sexualmente relacionados e incoerentes com seu estágio de evolução psicofísica, deve-se ter atenção de adultos protetores, a fim de explorar e compreender onde e como a criança teve acesso a esse conhecimento.
Pessoas que abusam de crianças são doentes mentais.	A maioria das que cometem esses atos não sofre de nenhuma patologia mental e são totalmente integradas em suas comunidades.
O abuso sexual infantil só acontece em	Esse comportamento não diferencia as classes sociais. No entanto pesquisas mostram que os casos que ocorrem em

contextos de baixa renda.	contextos de baixa renda estão mais dispostos a serem relatados que os que ocorrem em ambientes de alta renda, até mesmo porque, em contextos de baixa renda, as crianças frequentam outros serviços sociais públicos, com profissionais determinados a detectar e notificar situações abusivas. Além disso, em contextos de renda mais alta, as famílias são relutantes ao reportar pelo status social.
Pessoas que abusam de crianças são estranhas a elas.	Entre 80 e 90% do abuso sexual infantil é cometido por alguém conhecido pela vítima.
Pessoas que abusam de crianças fazem uso de drogas	Drogas não são causas diretas de abuso sexual infantil, mas, sim usadas pelo abusador como desinibidores.
Abusar crianças sempre envolve violência	Oabusador explora seu poder/influência sobre as crianças e, por ser geralmente conhecido dela, a violência permanece fora da equação. Assim ele usará outras estratégias como manipulação, atenção especial, sigilo ou isolamento da criança.
Somente meninas sofrem abuso sexual.	Embora as estatísticas relatem que mais meninas são vítimas de abuso sexual, os meninos também são representados estatisticamente e tendem a subnotificar alegações de abuso sexual infantil devido a estereótipos de gênero (que os impedem de se identificarem como vítimas) ou preconceitos sobre a homossexualidade (quando o abusador é homem).
Crianças abusadas odeiam seus agressores e querem se afastar delas	Geralmente as crianças têm um forte apego ou amor por seus agressores. Às vezes, não se identificam como vítimas por não conseguem entender que esses comportamentos são abusivos, ou ainda que, de alguma forma, sintam que o que fazem com o agressor esteja errado, por não saber o que fazer a respeito.
Somente homens abusam sexualmente de crianças	Embora as pesquisas mostrem mais homens que mulheres abusando sexualmente de crianças, as mulheres também podem ser perpetradoras de abuso sexual infantil.

Fonte: Adaptado de Roberts et al. (2004).

Em relação à dinâmica que envolve abuso sexual infantil, Finkelhor e Jones (2012) relata que ela difere do abuso sexual de adultos, sendo crucial entender suas particularidades para garantir uma melhor prevenção e detecção de violência contra crianças e adolescentes, o que será abordado mais à frente.

Diante da necessidade de uma postura eficiente do professor de educação fundamental I como indutor da prevenção e resposta ao abuso sexual infantil, é preciso, antes de qualquer coisa, se trabalhar alguns conteúdos em sala de aula sendo

necessário para isso identificar os conhecimentos prévios que os alunos possam ter sobre cada um dos temas das diferentes áreas temáticas propostas.

Trata-se de uma análise que permitirá avaliar de que forma abordá-los, avaliar o nível de compreensão, detectar deficiências e identificar como continuar trabalhando de acordo com o momento evolutivo dos alunos também.

E essa análise pode ser feita através de grupos de debate, questionários sobre tópicos específicos, exercícios reflexivos e dinâmica de grupo, levando-se em conta o tipo de conteúdo a ser avaliado de forma que as atividades ajudem a reconhecer conceitos, atitudes, habilidades interiorizadas e as diferentes abordagens que os ajudem a pensar sobre como reagir a problemas e identificar situações de sofrimento, tendo sempre em mente a melhor forma de prevenção e proteção contra o abuso sexual infantil.

Diante dessa realidade, é possível entender que todos os dias, a segurança e o bem-estar de muitas crianças estão ameaçados pelo abuso sexual e negligência de seus pais e cuidadores, e, intervir de forma eficaz na vida delas e de suas famílias, deixou de ser uma responsabilidade exclusiva da família ou do próprio Estado, tornando-se uma preocupação comum da sociedade.

Schereret al (2003) é enfático quando diz que reconhecer e denunciar o abuso sexual infantil é importante para evitar que continue ou se repita. Nisso reside o envolvimento da escola no trabalho de prevenção e detecção desses casos, em virtude da qualificação e experiência da equipe e da posição que ocupa na comunidade. E esse envolvimento deve se dar através de ações preventivas e de combate ao abuso sexual infantil dividido em programas desenvolvidos na própria escola, na [sociedade](#) e em ações individuais por parte dos educadores.

Para Hébert et al (2001) os educadores estão em uma posição única para fornecer um apoio valioso a crianças vítimas de abuso e maus-tratos, pois possui a especialização necessária para avaliar necessidades especiais e programas específicos para atendê-los. Existem vários educadores treinados e habilidosos na lida com crianças e pais e que podem ser de grande valia para aqueles que sofrem ou sofreram algum tipo de abuso ou maus-tratos.

Segundo Hébert et al (2001) cada vez mais, os educadores estão oferecendo assistência e apoio aos funcionários de serviços de proteção à criança, compartilhando informações relevantes sobre famílias e crianças depois que elas foram relatadas; prestação de serviços à criança, aos pais e à família; e participando

de equipes multidisciplinares. As escolas também estão ativamente envolvidas nos esforços da comunidade para reduzir a incidência de maus-tratos infantis.

A vida de crianças maltratadas, mesmo após o relato de abuso ou negligência, pode continuar a ser permeada de estresse. A escola, no entanto, pode fornecer um ambiente estável e constante, consciente de que a necessidade de consistência de uma criança é vital. Algo tão básico quanto ter sua própria mesa, seu “espaço”, coisas pelas quais são responsáveis, pode ser muito benéfico. Professores e membros do conselho tutelar devem estar cientes dessas necessidades de uma criança e buscar forma de supri-la (HÉBERT ET AL., 2001, p.512).

Nesse sentido, a sensação de isolamento que as crianças maltratadas frequentemente experimentam pode ser neutralizada com o devido apoio e programas desenvolvidos na escola, proporcionando maior contato com os colegas e a chance de fazer novos amigos. Professores calorosos e simpáticos também podem permitir que as crianças vejam os adultos num papel positivo, solidário e atencioso e, com experiências de sala de aula criativas, podem aumentar ainda mais o processo de cura (HÉBERT et al., 2001).

Além disso, segundo Davis e Gidycz (2000), os educadores devem estar atentos aos casos em que os colegas de turma podem ter ouvido sobre o abuso ou ações subsequentes, incentivando-os a fazer perguntas ou oferecer apoio e confiança, desde que com cautela e ética para que suas preocupações ou comentários não firam as questões de confidencialidade.

2.3 DINÂMICA E SINAIS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

O abuso sexual infantil é considerado uma violação dos direitos humanos universais, além de ser considerado violação à pessoa em desenvolvimento, afetando a integridade física e psicológica da criança e adolescente, bem como violando o respeito, à dignidade, a moral e a proteção integral do indivíduo.

Segundo Catarino e Almeida (2017) diversas são as formas de violência sexual infantil, podendo ocorrer por meio de contato físico ou até mesmo sem a presença de contato físico, o que torna esse tipo de violência mais difícil de ser identificado, “pois na maioria dos casos não apresenta marcas físicas em lugares mais observáveis” (CATARINO, ALMEIDA, 2017, p. 5).

Outro fator preponderante para dificultar a identificação da violência sexual infantil ocorre devido as dificuldades que a criança ou adolescente possui em se expressar espontaneamente sobre a violência, sendo inclusive ameaçada pelo agressor para não contar a ninguém sobre o ocorrido, manipulando-a em forma de segredo (CATARINO, ALMEIDA, 2017).

Nesse sentido, Finkelhor (2012) discorre em sua pesquisa sobre os mecanismos padrão típicos de abuso sexual infantil, evidenciando a importância de sua abordagem para prevenir e proteger as crianças e adolescentes da violência sexual infantil.

Os mecanismos se dividem em fases, na qual cada uma gera uma influência do agressor sobre a criança, impossibilitando a identificação de crianças ou adolescentes vítimas de violências sexual. A seguir, apresenta-se as fases do abuso sexual infantil e como isso ocorre:

- **Fase 1. Manipulação:** tendo em mente que entre 80 e 90% dos agressores são pessoas confiáveis e amadas pela criança, esta fase visa fortalecer esse relacionamento, fazendo com que a criança se sinta totalmente amada e valorizada. O agressor usa estratégias de manipulação, como dar atenção especial, fazer a criança se sentir especial através de elogios, expressar amor e carinho, oferecer presentes etc.
- **Fase 2. Interação sexual:** uma vez que a criança está preparada e se sente segura e apegada ao agressor, a interação sexual acontece. Geralmente uma surpresa, ele coloca a criança em um lugar onde ela não sabe como reagir. Pode ser um jogo que envolve toque físico sobre as roupas que de repente toca as partes íntimas do corpo, ou pode ser a demanda inesperada de tocar as partes íntimas do agressor, ou uma conversa indesejada ou exposição a material sexual. De qualquer forma, o fator surpresa dificulta a criança entender se é algo que parece certo ou não e se deve se opor.
- **Fase 3. Manutenção do segredo:** sigilo e culpa são os principais componentes que contribuem para perpetuação do abuso onde o agressor pode usar diferentes técnicas de manipulação para:
 - ✓ Fazer de conta que nada de estranho está acontecendo: "é o que as pessoas fazem quando se gostam";
 - ✓ Colocar a culpa em uma criança pelo que aconteceu: "veja o que você fez comigo"; "Você me seduziu";

- ✓ Fazer de conta que o que aconteceu foi desejado pela criança: “você queria o mesmo que eu, ainda mais do que eu”;
- ✓ Convencer a criança de que, se ela fizer algum comentário sobre o abuso, algo ruim acontecerá:
 - Em relação à criança: “ninguém vai acreditar em você”, “você será colocado em uma instalação de proteção infantil”;
 - Em relação à família da criança: "se você não quer que eu faça isso com você, farei isso com seu irmãozinho", "você destruirá a família", "sua mãe ficará decepcionada por você me seduzir”;
 - Em relação ao agressor: “se você contar a alguém sobre nós, irei para a prisão” - é preciso lembrar que o agressor é alguém amado pela criança (FINKELHOR, 2012).

Para Finkelhor (2012) muitas crianças se sentem presas e desamparadas e escolhem o silêncio como a opção mais segura, geralmente desenvolvendo um comportamento acomodatório que lhes permite sobreviver ao abuso, controlar os danos e passar despercebido. Além disso, a criança pode se sentir ameaçada, já que às vezes o adulto possui fotos ou vídeos dele, o que pode aumentar o sentimento de culpa e vergonha.

A WHO (1999) ressalta que, infelizmente, na maioria das vezes, a divulgação raramente ocorre e, quando acontece ela se dá anos depois, num processo gradual, com a criança tentando explicar o que está acontecendo da única forma que conhece ou se sente capaz. Na visão de Finkelhor (2012), se os adultos próximos à criança não forem sensíveis ao problema, eles deixarão de entender ou reagir adequadamente, o que leva a aumentar a angústia e pode levar à retração da divulgação.

Davis e Gidycz (2010) relatam que em relação aos sinais de abuso sexual da criança, é preciso levar em consideração as consequências iniciais da criança ou adolescente vítima de abuso sexual, tanto no campo físico quanto psicológico, porque são ao mesmo tempo indicadores. Dessa forma, torna-se necessário conhecer detalhadamente esses sinais e estar alerta quando eles são apresentados em um menino ou menina.

De acordo com Crosson-Tower (2002c) os indicadores de abuso sexual infantil, no entanto, são muito diversos e não nos permitem falar de uma "síndrome infantil

abusada" ou um conjunto de sintomas definidores, pois não há sintomas exclusivos e inequívocos que detectem um caso de abuso sexual infantil com total certeza e confiabilidade.

É importante mencionar que os sintomas dependem da criança e algumas delas podem apresentar sintomas desde o início, enquanto outras podem desenvolvê-los em fases posteriores da vida. Daí a importância de os professores terem em mente o fato de que, mesmo que não haja sintomas, não significa que a criança não seja uma vítima, pois muitos sinais de abuso são inespecíficos e devem ser considerados no contexto social e familiar da criança (CROSSON-TOWER, 2002a).

Para Cicchetti e Carlson (2009) é importante estar aberto a explicações alternativas para sinais físicos ou comportamentais de abuso. No nível físico, alguns indicadores que precisam ser levados em consideração são infecções recorrentes do trato urinário, dificuldades para caminhar ou sentar, dor, inflamação ou prurido na área genital, dor ao urinar, roupas íntimas manchadas ou quebradas sem explicações confiáveis, choque, queimaduras e lesões nos órgãos genitais externos ou na área anal, entre outros.

Pereda et al. (2009) explica que os principais indicadores de abuso sexual infantil estão principalmente ligados às áreas emocionais e comportamentais da criança, conforme sintetizado no quadro a seguir:

Quadro 3 - Impactos e sintomas emocionais e comportamentais do abuso sexual na criança

Tipos de impacto	Sintomas
Problemas emocionais	Medos e fobias Desconfiança Depressão Altos níveis de ansiedade Baixa autoestima Sentimento de culpa Vergonha Estigmatização Sintomas pós-traumáticos Pesadelos, sonhos recorrentes, comportamentos hipervigilantes, respostas exageradas de medo Rejeição ao próprio corpo Comportamento auto prejudicial Ideação ou comportamento suicida

Problemas cognitivos	Comportamentos hiperativos Problemas de atenção e concentração Enfraquecimento do desempenho acadêmico
Problemas de relacionamento	Poucos amigos Menos tempo para brincar com seus amigos Isolamento gradual dos amigos Déficit de habilidades sociais
Problemas funcionais	Problemas de sono Mudanças nos hábitos alimentares Perda de controle esfíncteriano: incidentes de enurese Queixas somáticas: dores de cabeça, dor de estômago.

Fonte: Adaptado de Pereda et al. (2009).

É importante ressaltar que, embora a parte física não seja a mais relevante na detecção desses casos e os profissionais que trabalham nas escolas não devam ser especialistas, é necessário conhecer os indicadores mais importantes, levando em consideração que, em muitas ocasiões, o abuso sexual não implica contato físico entre o agressor e a vítima, ou, se houver, os indicadores que podem ser encontrados são raros, extraordinariamente variáveis e, em muitos casos, compatíveis com outro tipo de lesão não relacionada à experiência de abuso sexual, causando ser muito difícil detectar esses casos a partir de evidências físicas (PEREDA et al., 2009).

2.4 PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN'S) – ORIENTAÇÃO SEXUAL

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) consistem em um documento base para a educação no Ensino Fundamental em todas as instituições de ensino no Brasil. Os PCN's foram instituídos em 1997 com o objetivo de orientar os profissionais da educação, bem como garantir a coerência das discussões abordadas no sistema educacional, com recomendações e pesquisas que subsidiam a participação dos educadores brasileiros (BRASIL, 1997).

Esse documento compreende a promoção de uma educação de qualidade que abrange as áreas de conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física; além de abordar sobre os Temas Transversais, que consiste no diálogo com temas presenciados pela sociedade no cotidiano (BRASIL, 1997).

Os PCN's também abordam sobre a Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, bem como sobre o Meio Ambiente e Saúde. No entanto, o objetivo da abordagem nesta pesquisa é discutir sobre as orientações que os parâmetros curriculares nacional traz acerca da Educação à Sexualidade, termo atualizado pela Base Nacional Comum Curricular.

Deste modo, a Orientação Sexual sob a ótica dos PCN's tem como objetivo o cuidado inerente a vida e a saúde, vez que a sexualidade não está relacionada apenas aos prazeres da adolescência, e sim as questões sociais afetadas pela ausência de uma educação a sexualidade de crianças e adolescentes.

Os PCN's também destacam a importância em discutir sobre a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids, e sobre questões polêmicas na sociedade, como a gravidez indesejada na adolescência, ao abuso sexual infantil, dentre outros. Dessa forma, o trabalho de Orientação Sexual é peça chave para contribuição na prevenção de graves problemas, como o abuso sexual, pois no conteúdo dos PCN's é possível notar que em relação a essa problemática, as ações de prevenção propostas, se baseiam nas informações adquiridas no ambiente escolar.

Ações que promovam a conscientização sobre consentimento, apropriação do corpo e submissão são de extrema importância no combate à violência sexual entre crianças e adolescentes, e a escola tem grande dever de trabalhar tais temas, pois muitas vezes o abuso pode acontecer dentro do âmbito familiar; e cabe ao âmbito escolar promover informação, acolhimento para enfrentamento de tais situações.

Nesse sentido, os PCN's de Orientação Sexual objetivam a valorização da informação e compreensão do funcionamento do sistema humano reprodutivo, buscando a redução de consequências negativas de atos sexuais, como a gravidez indesejada, as doenças sexualmente transmissíveis, e a violência, exploração e abuso sexual, trazendo uma proposta que coloca a tarefa educativa como uma intervenção na realidade no momento presente (CANDAU, 2000).

É importante enfatizar que uma das questões que contribuíram para a inclusão da temática da sexualidade no currículo escolar foi o aumento da incidência da gravidez indesejada na adolescência e o risco de infecção de doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens e adolescentes, sendo assim incluído a partir da década de 80 abordagens sobre a orientação sexual nas escolas (BRASIL, 1997).

Os PCN's trazem em discussão a ausência da orientação sobre sexualidade pelas famílias, sendo essa prática pouco realizada pelos pais e ou responsáveis. Há

algumas vertentes que explicam a grosso modo a ausência dessa liberdade entre os pais e filhos, dentre elas estão os valores conservadores, liberais ou progressistas das famílias, e até mesmo a cultura religiosa, que acabam por inibir essa primeira orientação sexual dentro de casa.

Os PCN's afirmam que é no âmbito familiar que frequentemente as crianças adquirem as primeiras noções sobre a sexualidade, no entanto, conforme nas suas próprias interpretações (BRASIL, 1997), sendo este o motivo promissor de incluir nos currículos escolares o ensino da educação à sexualidade, a fim de quebrar esse tabu ligado às orientações sexuais.

A escola como mediadora do conhecimento, cuja finalidade é garantir a aprendizagem de conhecimento, as habilidades e os valores necessários para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, tem o dever de discutir as questões relacionadas à sexualidade com os alunos, sendo esse um canal pelo qual a criança e ao adolescente poderá compreender sobre as doenças sexualmente transmissíveis, sobre as formas de prevenção de doenças, sobre os métodos contraceptivos, além de saber como lidar com situações constrangedoras e inclusive de assédio e violência sexual.

Assim, os PCN's buscam através da inclusão da educação à sexualidade nas escolas realizar ações educativas que enfatizam a valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, estabelecendo discussões acerca de obstáculos emocionais e culturais, que em muitas situações interferem na adoção de condutas preventivas, o diálogo aberto em que permite que o aluno tire suas dúvidas sobre a relação sexual, sobretudo, sem invadir a intimidade do aluno.

Essa abertura trazida pelos PCN's possibilita que as crianças e adolescentes recebam uma orientação sexual antes de iniciar sua vida sexual, evidenciando a importância da criança e do adolescente conhecer-se a si mesmo e ao seu corpo; os métodos contraceptivos que devem ser utilizados para garantir o cuidado a saúde, evitando a gravidez indesejada e conseqüentemente o aborto; e a importância de compreender que as relações sexuais devem ocorrer somente quando ambos consentem.

Sobre esse ponto, os PCN's ressaltam a importância do trabalho de Orientação Sexual para a prevenção do abuso sexual com crianças e adolescentes, que além de ser considerado crime, é um problema de segurança pública (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Desse modo, a inclusão da educação a sexualidade nas escolas contribui para a prevenção de abuso e estupro de vulnerável. Os PCN's retratam as orientações sexuais as crianças e aos adolescentes como forma de favorecer o conhecimento do seu próprio corpo, enfatizando que somente a própria pessoa pode tocar, ou a quem for dado o consentimento (BRASIL, 1997).

Os PCN's ainda ressaltam a contribuição da Orientação Sexual para fortalecer a autoestima de crianças e adolescentes, visto que estas compreendem que não deve se submeter ao outro sem consentimento, sendo o abuso sexual um crime e se sentem mais confiantes a se imporem e a denunciarem situações que enseja o abuso sexual.

Nesse sentido, a atuação da escola contribui para fomentar o ensino daquilo que deveria ser ensinado em casa, e que pelas questões culturais, religiosas ou pela ignorância da sociedade não é discutido no seio familiar. Contudo, Castelani e Tardeli (2020) evidenciam em seu estudo que 80% dos casos de abuso sexual infantil ocorrem dentro de casa, e são cometidos por pessoas próximas a vítima.

As Orientações Sexuais propostas pelos PCN's visam preencher lacunas nas informações que as crianças já possuem, oriundas de informações transmitidas pela mídia, sendo considerada uma porta de entrada para múltiplas manifestações, visto que assume papel relevante, podendo tanto transmitir informações de conhecimento, benéficas para a criança e adolescentes, ou promover a circulação de conteúdos impróprios para a criança e adolescente, como imagens eróticas, por exemplo (BRASIL, 1997).

Os PCN's também evidenciam a importância de esclarecer para as crianças e adolescentes acerca das brincadeiras a dois ou em grupos, que remetem a sexualidade, enfatizando que essas brincadeiras são consideradas prejudiciais quando envolve crianças e adolescentes de idades diferentes, e quando são realizadas entre adultos e crianças (BRASIL, 1997). Essa abordagem trazida pelos PCN's ajuda a promover uma orientação sexual de forma mais pedagógica, compreensível para todas as idades, mostrando para o aluno de forma simplificada que brincadeiras entre crianças e adultos podem configurar em abuso sexual e estupro de vulnerável.

Convém abordar também que os PCN's abordam sobre a educação à sexualidade com base em três eixos norteadores, são eles: corpo, matriz da sexualidade; relações de gênero; prevenção das doenças sexualmente

transmissíveis. Para os PCN's (BRASIL, 1997) a abordagem sobre sexualidade com bases nesses três eixos norteadores possibilita a discussão de diferentes assuntos, que variam com a faixa etária, a cultura local, os fenômenos contemporâneos promovidos pelos veículos de comunicação ou presenciados pela sociedade.

Em suma, os PCN's defendem que a escola deve possuir uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, deve reconhecer seu papel importante em educar para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano.

2.5 O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

A exposição da criança e adolescente à violência impacta negativamente no seu desenvolvimento, seja nos aspectos emocionais, psicológicos, intelectual, e principalmente no desenvolvimento integral, afetando também o seu ensino aprendido, resultando em consequências nas chances de sucesso escolar, contribuindo para obtenção de resultados educacionais ruins, além de maiores níveis de absenteísmo, repetição e risco de abandono escolar precoce (ECKENRODE et al., (2012)

Além disso, segundo Davis e Gidycz (2010) como resultado de um relacionamento abusivo baseado na violência, as crianças vítimas apresentam um número crescente de comportamentos perturbadores, que em um ambiente escolar geralmente levam a punições e expulsões com muita frequência.

Macdonald e Frey (2009) entendem que o abuso sexual de crianças é, na maioria dos casos, uma experiência com um componente traumático indiscutível que interfere no desenvolvimento adequado da criança e afeta várias áreas de sua vida, inclusive a escolar.

Para Leiter e Johnsen (2004), a maioria dos estudos realizados sobre consequências psicológicas em curto prazo em vítimas de abuso sexual infantil, mostram sua alta frequência e diversidade onde entre 20 e 30% das vítimas permaneceriam emocionalmente estáveis após essa experiência, embora possam eventualmente desenvolver efeitos posteriores que seriam latentes.

Nesse sentido, a escola assume um papel primordial no enfrentamento do abuso sexual infantil, que através da ação de seus professores desenvolvem ações pedagógicas que atuam na prevenção e proteção das crianças, até mesmo pela responsabilidade que tem sobre o cuidado e bem-estar de seus alunos (FINKELHOR, 2012).

De acordo com Kenny (2011) a escola é um ambiente privilegiado para impedir, reconhecer e intervir em situações que ameaçam o bem-estar e o desenvolvimento das crianças. Assim, elas devem garantir um ambiente seguro para as crianças de forma que se possa acompanhar sua evolução a fim de notificar às autoridades competentes qualquer situação identificada de vulnerabilidade. Por esse motivo, o autor entende como responsabilidade da escola:

- Ter procedimentos e programas claros de proteção à criança na escola contra práticas abusivas;
- Orientar professores e funcionários sobre a identificação e resposta contra práticas abusivas e as devidas medidas de proteção e apoio contínuo à criança;
- Designar um responsável por questões de proteção à criança com habilidades, motivação e conhecimentos específicos necessários;
- Monitorar o progresso de crianças consideradas em risco;
- Contribuir para prevenção do abuso sexual de crianças através da provisão curricular;
- Fornecer ou acessar treinamento para professores e membros da equipe de gerenciamento para garantir-lhes conhecimento prático de questões e procedimentos de proteção à criança;
- Ter procedimentos claros sobre as ações a serem tomadas quando as denúncias forem recebidas contra funcionários da escola (KENNY, 2011).

Segundo Crosson-Tower (2003) as escolas são eficazes pela capacidade que tem de implementar programas de educação escolar para prevenção de abuso sexual infantil e adaptá-los a diferentes idades e níveis cognitivos. Esses programas têm como objetivo evitar o abuso sexual infantil e fornecer aos alunos conhecimentos e habilidades para reconhecer e evitar situações potencialmente abusivas sexualmente e com estratégias para impedir abordagens sexuais por parte dos agressores.

Eles também devem informar sobre a ajuda apropriada em caso de abuso ou tentativa de abuso e equipar os adultos com estratégias para responder de forma rápida e efetiva às divulgações, de onde as salas de aula oferecem grandes oportunidades para promover discussões e reflexões sobre todas essas questões (CROSSON-TOWER, 2003).

É imprescindível que a prevenção inicie desde a escola primária, visto que a vitimização de crianças é observada em todas as faixas etárias. Além do trabalho de prevenção, os professores têm um papel importante quando se trata de identificar possíveis casos de abuso sexual, pois estes são vistos pelas crianças como adulto de confiança, localizado fora da família e das redes de pares, com maior probabilidade de receber uma divulgação de abuso sexual (JOHNSON, JOHNSON, 2009).

Para Crosson-Tower (2003), além da divulgação de abuso, as escolas também têm um papel único na identificação de preocupações de salvaguarda e no início de uma intervenção. Como elas são um dos poucos lugares em que as crianças são vistas quase diariamente, os educadores têm a chance de acompanhar e identificar mudanças na aparência e no comportamento da criança e adolescente.

Assim, toda comunidade escolar, compreendendo desde os professores em sala de aula a pedagogos, coordenadores, assistentes sociais, psicólogos e gestores, todos, se tornam parte integrante da equipe educacional para ajudar crianças que podem estar enfrentando dificuldades para superar os efeitos danosos do abuso sexual (CROSSON-TOWER, 2003).

2.6 LIDANDO COM UMA SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL DA CRIANÇA

Em sua pesquisa Pereda et al. (2000) relata que um dos maiores medos que os professores podem enfrentar é o fato de não saberem como se comportar quando uma criança pode se aproximar e oferecer a divulgação de uma situação de abuso sexual infantil. Portanto, é importante levar em consideração algumas ações positivas importantes a serem realizadas:

Quadro 4 - O comportamento diante da comprovação do abuso

Ação	Objetivo
------	----------

Acreditar na criança	A criança precisa saber que existe um adulto que acredita nela e que lhe dará apoio. Ele não deve julgar o que a criança está dizendo ou avaliar suas declarações;
Manter a calma	Se seus traços faciais ou explosão emocional revelarem que está chocado, zangado, enojado ou chateado, a criança pode não contar tudo sobre o abuso e prejudicar o diálogo;
Fornecer um local seguro e privado para conversar	Certifique-se de que a conversa ocorra em um local privado;
Não faça promessas que não pode cumprir	Se você faz uma promessa e não a cumpre, a criança descobre que você é outro adulto em quem não se pode confiar. Embora os professores nem sempre possam proteger a criança do abuso, eles podem ser a pessoa que fornece o apoio que pode ter um impacto positivo duradouro na vida da criança. Diga à criança que você precisa contar a outra pessoa para que ela possa ajudá-la a lidar com a situação da melhor forma possível;
Não julgue o ofensor ou a ofensa	Se você começar a julgar o ofensor, a criança pode aceitá-lo e começar a defendê-lo, porque ela costuma amar. Quando uma criança começa a defender o ofensor, muitas vezes retrocede a divulgação original e não conta se o abuso acontece novamente;
Relate imediatamente o ocorrido	Como cidadão e, especialmente, como professor que trabalha com crianças, é necessário relatar às autoridades competentes qualquer situação que as coloque em risco;
Seja discreto na divulgação dos fatos	Mesmo que o relatório seja obrigatório, é importante que a criança saiba que você será discreto na divulgação e que somente as pessoas que podem ajudar realmente saberão sobre o abuso, mais nenhum professor ou aluno. Daí ter um entendimento claro de como e quem deve informar sobre a situação na escola;
Deixar a criança saber o que irá acontecer	Informar à criança o que acontecerá após a divulgação, mesmo que você não consiga responder a todas as perguntas dele(a). Seja honesto e diga a ele(a) quando não souber a resposta. Responda de forma coerente com a idade dele(a) e lhe informe que está aberto para conversar e responder o que for preciso;
Não investigue as alegações da criança	Deixe a investigação para os profissionais da polícia e do Ministério Público. Depois da suspeita de abuso, apenas denuncie. Fazer perguntas pode mais tarde criar problemas para a investigação;
Busque suporte para si mesmo	Para seu próprio bem-estar, é importante lidar com seus sentimentos ao ouvir os detalhes do abuso. Às vezes, conversar com o conselheiro da escola ou um profissional especializado na área pode ser útil

Fonte: Adaptado de Pereda et al. (2000).

Segundo Pereda et al. (2000) no caso de a criança não ter feito uma divulgação aberta, mas existem suspeitas relacionadas a um possível abuso sexual, através de indicadores comportamentais que possam apontar qualquer tipo de resistência de sua parte, os professores devem proporcionar espaços de palavras amigáveis e seguros com as crianças nas salas de aula para compartilhar reflexões sobre como identificar situações gerais que as deixam desconfortáveis, a importância de pedir ajuda a adultos de confiança e onde procurar essa ajuda.

Nesse sentido, Eckenrode et al. (2012) esclarece que é preciso oferecer oportunidades para se discutir individualmente sobre questões que possam preocupar a criança, e as aulas podem ser uma boa oportunidade para conversar, não apenas sobre questões acadêmicas, mas também para se concentrar no bem-estar, preocupações, lutas da criança, mas não impondo uma conversa, ao contrário, construindo o relacionamento e dando espaços para que a criança saiba que, se houver necessidade, pode recorrer ao professor para falar e pedir ajuda.

Para Pereda et al. (2000) é preciso estar atento ao comportamento em evolução da criança e adolescente, mas sem torná-lo evidente, observando se os indicadores de risco evoluem de alguma forma, pois, como professores, é necessário conhecer os procedimentos e normas específicas aplicáveis a esse respeito para informar as autoridades externas para proteção da criança.

3 METODOLOGIA

As perspectivas metodológicas adotadas nesse estudo compreendem a natureza exploratória, que segundo Gil (2002, p. 41) tem “[...] como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

A caracterização da pesquisa exploratória adotada tem fundamentação no objetivo geral desta, que busca discutir como que a escola, como mediadora do ensino-aprendizagem pode auxiliar no processo de prevenção e alerta contra o abuso sexual infantil.

Para isso, adota-se a abordagem qualitativa, com vistas a compreender o papel da escola no processo de identificação de alunos que podem constituir parte estatística de vítimas de violência sexual.

A pesquisa também é caracterizada como uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002) compreende a pesquisa realizada mediante informações de materiais já publicados anteriormente, em que constitui ideias e resultados já identificados. A pesquisa bibliografia é utilizada como base para os aportes teóricos, evidenciando conceitos, ideias e pensamentos de outros autores sobre a temática.

Visando contribuir para o desenvolvimento de resultados satisfatórios, a presente pesquisa caracteriza-se também como uma pesquisa documental, que compreende ao estudo cuja a “[...] coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (GIL, 2002, p. 46).

Desse modo, busca-se mediante a pesquisa documental empreender um levantamento que demonstre os mecanismos que compõem o abuso sexual infantil e até onde a escola, como mediadora do conhecimento, pode auxiliar no processo de prevenção e alerta contra essa relação abusiva através da promoção de estratégias e ações de prevenção na prática educativa diária.

Assim, a pesquisa bibliográfica constitui as ideias e pensamentos secundários, primordiais para o desenvolvimento da base teórica, enquanto a pesquisa documental é responsável pelos dados estatísticos e documentos publicados que nortearam a análise dos resultados.

3.1 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coletas de dados adotados nessa pesquisa consistem no levantamento de materiais bibliográficos, compreendendo a leitura de livros e artigos que discorrem acerca da violência sexual infantil, que segundo Gil (2002) consiste no levantamento bibliográfico preliminar.

Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa (GIL, 2002, p. 61)

O levantamento bibliográfico preliminar é responsável por todo aporte teórico disposto na pesquisa, representando as principais ideias, conceitos, pensamentos e resultados já identificados por outros autores que estudaram sobre o tema, ou temas semelhantes a este, que contribua de forma significativa para elencar as principais ideias sobre a violência sexual infantil no Brasil.

Nesse sentido, para realização do levantamento bibliográfico preliminar considerou-se três descritores principais da pesquisa, são eles: violência sexual; abuso sexual infantil; e educação sexual. De porte dos descritores norteadores do estudo, foi realizado uma busca no banco de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) classificada por Gil (2002, p. 74) como uma “[...] biblioteca virtual piloto que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros com base hospedada na Fapesp”.

Também realizou-se uma busca no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que compreende a uma plataforma online de busca que possui em seu banco de dados informações inerentes a teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em todo o país. Para Gil (2002) a busca de materiais em sistemas de pesquisas online constitui como uma das principais fontes de informações.

Também integra a pesquisa documental, o levantamento de cartilhas educativas, elaboradas pelo Ministério da Educação e demais órgãos públicos, que abarca sobre o papel da escola frente as políticas de proteção à criança e ao adolescente.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa documental se assemelha à metodologia da pesquisa bibliográfica, no entanto, diferencia-se, uma vez que, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que pode ser utilizado como fonte primária para discussão do objeto da pesquisa.

Assim, o levantamento das cartilhas educativas ocorreu mediante uma busca na base de dados do Google, bem como na base de dados do Ministério da Educação e órgãos correlatos que de modo discutem os temas transversais da educação à sexualidade e, ainda que visam a proteção e o cuidado à criança e ao adolescente, como, por exemplo, Ministério Público e Secretarias de Direitos Humanos.

3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Essa consiste na última etapa da pesquisa, sendo responsável por analisar e interpretar os dados coletados com fulcro a responder o problema inicial da pesquisa, bem como atender aos objetivos geral e específicos propostos. De acordo com Gil (2002) a análise constitui em três níveis, que conseqüentemente incorpora a interpretação dos dados.

De acordo com Gil (2002) a análise e interpretação é a tentativa de compreender a relação existente entre o problema de pesquisa e os fatores evidenciados na coleta de dados. O autor também ressalta que a análise constitui a atividade intelectual responsável por dar significado as respostas, ampliando de fato o conhecimento.

Desse modo, a análise e interpretação dos dados evidenciados nesta pesquisa compreendeu o levantamento realizado dos documentos, como as cartilhas que abordam sobre a educação à sexualidade devem buscando responder ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos. Sua interpretação ocorreu por intermédio dos documentos de órgão públicos sobre a temática e o pensamento de outros autores (aporte teórico) que consentem ou discordam dos resultados encontrados.

Após análise das cartilhas, a fim de auxiliar na interpretação das informações, elaborou-se um Quadro (APÊNDICE A) onde foram discriminados detalhadamente as cartilhas e os autores responsáveis pela produção; bem como as características que descrevem o abuso sexual infantil, como os sintomas, as conseqüências físicas e psicológicas provocadas pela ação, as manifestações por parte da criança, e as ações

adotadas pelos pais ou responsáveis, ou até mesmo profissionais da saúde e educação que visam a identificação do ato cometido ao vulnerável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresenta-se os resultados obtidos com a análise documental das cartilhas de orientação sobre educação à sexualidade, que são compostas de materiais gráficos e educativos que tem como objetivo abordar as temáticas do consentimento, do direito a dizer não, do conhecimento e identificação das partes do corpo e da autonomia corporal.

Também constitui parte integrante deste capítulo a análise dos demais documentos de órgãos públicos voltados a temática da educação à sexualidade, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): Tema Transversal Orientação Sexual, elaborado pelo Ministério da Educação, que compreendem o conjunto de textos utilizados na elaboração dos currículos escolares em todo o país e que, apesar de sua ministração não serem impostas às escolas, servem como norte para elaboração dos próprios planos de ensino.

Além disso, este capítulo também trará os resultados quanto ao levantamento de documentos oficiais na Secretaria Estadual de Educação (SEDU) e no Município de Itapemirim/ES, com finalidade de discutir quanto a abordagem da educação à sexualidade para crianças e adolescentes.

4.1 O QUE DIZEM OS PCN's SOBRE O ABUSO SEXUAL

Mediante análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) elaborado pelo Ministério da Educação, observa-se que este documento dialoga com o contexto da educação a sexualidade como uma orientação aos profissionais da educação sobre a temática, com fulcro a discutir a sexualidade como um tema fundamental para uma vida saudável, vez que essa temática está atrelada ao ser humano, constitui parte de quem somos, do respeito a si mesmo e ao outro e a diversidade do gênero.

Também verifica-se que a discussão proposta pelos PCN's Orientação Sexual consiste em uma introdução na forma de orientação a vida sexual das crianças e adolescentes, que em muitas situações não recebem orientação dentro do âmbito familiar, e ou inclusive sobre violências sexual intrafamiliar e extrafamiliar, pela ausência de informações e orientação sexual.

Ao decorrer da análise dos PCN's Orientação Sexual, pode-se observar uma breve crítica realizada sobre o tabu que é discutir a educação a sexualidade no âmbito

familiar, vez que, a abordagem trazida pelos PCN's enfatizam que a orientação sexual não é algo que ocorre apenas quando se fala abertamente sobre o assunto. Ela ocorre através dos comportamentos presenciados pelas crianças e adolescentes dentro de casa, pela relação entre pais e filhos, o cuidado, as expressões, os gestos, a relação entre os pais, que são apontados pelos PCN's como carregados de valores relacionados a sexualidade.

Os PCN's Orientação Sexual trazem em seu arcabouço teórico, como o próprio nome diz, orientação as crianças e adolescentes sobre o início da vida sexual, não de forma a incentivar a prática sexual como um prazer, mas sim, como forma de conhecer ao próprio corpo, entender as mudanças que ocorrem conforme alcançam a idade da puberdade, compreender a sexualidade no âmbito biológico, e principalmente enfatizar o respeito sobre o corpo e o gênero.

Assim, dada a análise, observa-se que os PCN's Orientação Sexual surgem como uma orientação no âmbito escolar sobre as questões voltadas a sexualidade, enfatizando sobretudo, o respeito próprio corpo e a orientação sexual de cada indivíduo, sendo isso competência de cada indivíduo.

Em análise aos PCN's Orientação Sexual também verifica-se sua abordagem como tema transversal, ou seja, indo muito além das questões a sexualidade no âmbito individual, estabelecendo assim, relações com questões sociais e culturais que são denominados problemas de políticas públicas, como aumento no índice de gravidez na adolescência, de doenças sexualmente transmissíveis. Apoiada nas ideias de Pariz, Mengarda e Frizzo (2012), podemos atribuir esse aumento no índice de gravidez na adolescência como uma ausência da atuação das escolas, em discutir sobre a sexualidade e em atuar como caráter informativo dos métodos contraceptivos existentes, vez que, há políticas públicas de educação voltadas a orientação sexual, sobretudo, uma ausência da atuação práticas das instituições de ensino.

No entanto, em análise aos PCN's: Tema Transversal Orientação Sexual, elaborado pelo Ministério da Educação, não foi possível identificar uma abordagem direta e clara sobre a violência sexual infantil, como ocorre nas cartilhas educativas, como o Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020) e a cartilha, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento (MTDFT, 2015), sendo apenas identificado nas abordagens de

Relações de Gênero, Relação escola-famílias e o Trabalho com Orientação Sexual em Espaço Específico, a importância do educador em dirigir o conteúdo pedagógico dentro dos limites estabelecidos pelos parâmetros, que constitui na abordagem da educação à sexualidade sem invadir a intimidade do aluno.

Além disso, observou-se também que os PCN's: Tema Transversal Orientação Sexual não adquire caráter de aconselhador ou psicoterapêutico, sua atuação deve ocorrer especificamente no contexto pedagógico, abordando diferentes temáticas sobre sexualidade, como por exemplo, o índice de violência sexual, de doenças sexualmente transmissíveis, o índice de gravidez, dentro dos limites da atuação pedagógica, ou seja, promovendo o conhecimento e a discussão sobre esse tema transversal em sala de aula.

Embora, a Orientação Sexual proposta pelos PCN's não abarcam o caráter de conselheiro e psicoterapêutico, observa-se que os PCN's orientam que, quando identificado uma situação que merece atenção especial e individual, por questões pessoais, ou seja, por questões que impliquem em uma suspeição de casos de violência e/ou abuso sexual, ou gravidez, por exemplo, a criança e/ou adolescente deve ser encaminhado para o atendimento especializado (BRASIL, 1997).

É importante frisar que os PCN's Orientação Sexual, enfatiza a autonomia e responsabilidade do educador em identificar manifestações que podem ensejar em problemas de violência sexual, por exemplo, ao identificar situações em que as crianças e adolescentes demonstram uma curiosidade anormal pela sua idade sobre a sexualidade, ou dúvidas que denotem e especulam uma ação de violência infantil, por exemplo, vez que, na maioria das ocorrências de violência e/ou abuso sexual a criança e adolescente se sentem envergonhados, ameaçados e não conseguem depositar a confiança no adulto.

Quanto a atuação do educador para promover a discussão da educação à sexualidade nas escolas, assemelhamos nosso entendimento aos estudos de Spaziani e Maia (2015), dada a importância do educador para a orientação e divulgação de informações sobre a sexualidade as crianças, vez que, quanto maior a informação e conhecimento sobre esse tema transversal, mais as crianças e adolescentes estão protegidos de situações de violência sexual, dado que a ausência de informação é imputada como condição de vulnerabilidade, uma vez que as crianças e adolescentes tornam-se alvos de interesse de agressor e abusador sexual.

Prosseguindo nossa análise, verificou-se que os PCN's também fazem uma abordagem referente a violência com base nas violências associadas ao gênero (violência entre crianças), em que as crianças do sexo masculino possuem uma força física que geralmente é maior que das meninas, e esse fato pode ensejar em situações de coerção, agressão ou abuso sexual. Neste caso, os PCN's enfatizam que cabe ao educador intervir nessas situações, denunciando o ato ocorrido, quanto afirmado a existência de violência e/ou abuso pela vítima, ou nos casos em que há uma suspeita, encaminhando assim as autoridades competentes, como o Conselho Tutelar ou autoridade correspondente.

Assim, a escola só tem autonomia para intervir nos casos em que for identificado violação dos direitos da criança e do adolescente, como nos casos de violência sexual infantil, por exemplo, em que as escolas atuam em caráter assistencialista, ou seja, deverá de imediato comunicar ao Conselho Tutelar da região, ou autoridade competente.

Em análise aos PCN's: Tema Transversal Orientação Sexual com fulcro aos sinais, sintomas e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes, este documento, ao olhar da pesquisadora, não traz uma abordagem clara sobre esses aspectos inerentes aos sinais e sintomas, sendo identificado apenas nas cartilhas educativas elaboradas por outros órgãos, que serão apresentadas no item 4.2.

Todavia, é importante enfatizar nesta discussão, que foi através da elaboração dos PCN's Orientação Sexual que a sexualidade configurou um assunto preocupante no Brasil, chamando atenção dos órgãos regulamentadores da Saúde e da Educação, em razão do elevado índice de contaminação do HIV-AIDS, e crescente índice de gravidez na adolescência, que é dado como um problema de políticas públicas da saúde.

Contudo, sua aplicabilidade na prática ainda é considerada um "tabu", o que pode ser confirmado nos estudos de Baracuh e Pereira (2020) que denomina a ausência da aplicabilidade como discursões silenciadas e de resistência, muita das vezes pelos próprios pais dos alunos, que ainda tratam a sexualidade como um assunto restrito às crianças, ou também pela ausência da abordagem da educação a sexualidade dentro das escolas estaduais, municipais e federais, vez que, apesar da existência dos PCN's Orientação Sexual, cabe as escolas estabelecerem essa abordagem nos planos pedagógicos elaborados por cada instituição.

Assim, considerando os objetivos iniciais propostos, verifica-se uma ausência no documento Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual, quanto a indicação dos sinais, sintomas e consequências da violência sexual infantil. Ao que pese, por tratar-se de um documento oficial elaborado pelo Ministério da Educação, era fundamental que abarcasse uma orientação mais profunda sobre a temática, que inclusive serviria como base para as instituições escolares na elaboração de cartilhas e projetos educativos voltados a educação à sexualidade, bem como auxiliaria os professores na identificação de sinais de abuso e/ou violência sexual infantil.

4.2 O QUE DIZEM AS CARTILHAS?

Buscando promover um estudo sobre o que as cartilhas educativas tem abordado acerca da educação à sexualidade, principalmente a orientação quanto a identificação de sinais e comportamento que permitam identificar vítimas de abuso sexual infantil, este item trata em discussão uma abordagem sobre uma amostra de cartilhas educativas.

Dentre as cartilhas selecionadas para análise, através de uma busca documental na base de dados do Google e de órgãos do governo federal, como Ministério da Educação e Ministério Público, estão: o Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Campanha de Prevenção a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa; Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento; Aprendendo a Prevenir: orientações para combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes; Infância Violada: orientações de enfrentamento ao abuso sexual infantil; e Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer.

Essas cartilhas foram elaboradas por órgãos públicos e instituições privadas, a fim de promover a educação a sexualidade, quebrando o tabu de falar de assuntos inerentes ao sexo para crianças e adolescentes, não como forma de incentivar a relação sexual precoce, ao contrário, como forma de prevenir a incidência de violência sexual infantil.

Convém destacar que, ao buscar materiais sobre a educação à sexualidade ou orientações acerca do assédio ou abuso sexual na Secretaria Municipal de Educação do município de Itapemirim/Es, bem como na Secretaria Estadual de Saúde do Estado

do Espírito Santo, identificou-se a inexistência de quaisquer materiais ou projetos nestes órgãos que levassem para dentro da escola a abordagem dessa temática. Assim, ficou claro que não há qualquer abordagem ou projetos sobre a Educação à Sexualidade ou sobre Violência Sexual no contexto escolar no município citado.

4.2.1 CARTILHA 1 - Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Esta cartilha tem origem de um projeto realizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro juntamente o Ministério da Educação e a SECADI. O objetivo primário desta cartilha em formato de Guia Escolar, é promover uma discussão nas Universidades, redes de ensino e redes de proteção à criança e ao adolescente, em âmbito nacional, com fulcro a introduzir a educação a sexualidade das escolas.

Esse Guia Escolar surge como metodologia de complementação pedagógica que veicula a abordagem da sexualidade dentro das escolas, tornando a escola um espaço para promover a conscientização dos Direitos Fundamentais da criança e do adolescente, bem como a construção do ser social, visando a cidadania, respeito e solidariedade.

Assim, o Guia Escolar compreende a uma sistematização que envolve o debate e pesquisas voltadas sobre a educação a sexualidade, com objetivo de orientar na identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, compreendendo como uma necessidade dos Direitos Humanos (SANTOS, 2011).

A intenção na elaboração desta cartilha não configura apenas uma iniciativa de promover a educação a sexualidade. Esse guia compreende a importância do ambiente escolar em saber identificar os sinais de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes, e compreende que a promoção da orientação a sexualidade é um tema transversal pouco explorado, e que há necessidade da construção de uma formação continuada, a fim de capacitar os professores e gestores das escolas de ensino fundamental e médio, para a elaboração de ações e projetos pedagógicos que tragam esse tema para discussão em sala de aula (SANTOS, 2011).

Essa iniciativa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro juntamente o Ministério da Educação e a SECADI busca disseminar o aprendizado e a compreensão de crianças e adolescentes sobre a sexualidade, enfatizando aspectos como a forma de identificar ações de violência e abuso sexual.

Este Guia Escolar também propõe a discussão sobre a convivência e a multiculturalidade, de criar um espaço educacional que debata assuntos transversais, que fazem parte da cultura brasileira e do mundo. Assim, a ênfase em interiorizar os valores e comportamentos compõem o objetivo desse Guia Escolar.

Desse modo, o documento apresenta sua definição acerca do abuso e a distinção entre a exploração sexual comercial. Assim, o Guia Escolar define o abuso sexual como ato que viola a dignidade sexual da criança e adolescentes, que tende a ocorrer frequentemente no contexto intra e extrafamiliar. Já a exploração sexual comercial é definida como o ato de prostituir criança e adolescentes (SANTOS, 2011).

O Guia Escolar ressalta que ambos constituem-se questões de violência sexual, no entanto, o índice de abuso sexual é maior do que os de exploração sexual. Outro fator preponderante é que o abuso sexual ocorre com frequência dentro dos próprios lares, sendo o abusador a figura do pai, padrasto, tio, avô, ou seja, o homem, o que concomitantemente impede que muitos casos de abuso sexual sejam denunciados.

Em relação ao índice de abuso sexual, convém ressaltar que o Guia Escolar enfatiza a abordagem do abuso sexual como um crime, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos anos de 1990, que em consonância com outras normas e acordos internacionais, o crime de abuso sexual e a exploração sexual comercial deixou de ser considerado apenas crime contra liberdade sexual, e passou a ser tratado como violação aos direitos humanos, que fere o direito ao respeito, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e perante a sociedade, e ao próprio desenvolvimento sexual do indivíduo.

Considerando os conceitos, as causas e as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes, o Guia Escolar compreende que o termo violência sexual é generalizado, visto que abrange vários tipos de violência, e compreende a importância em abordar cada tipo de forma distinta e interconectada. Assim, o Guia Escolar discorre sobre as causas e consequências individualmente, considerando o conceito de violência sexual, abuso sexual e a exploração sexual comercial.

No entanto, apesar das distinções de conceitos, pode-se constatar que o Guia Escolar relata que no tocante as consequências, ambos tipos de abuso sexual possuem aspectos semelhantes. O documento aponta que em ambas as situações as crianças e adolescentes são submetidos a situações consideradas abusivas, em que ocorre através do processo de sedução; do segredo, quando o autor e a vítima

encontram-se sozinhos; a desproteção, visto que as crianças são ensinadas a desconfiar de estranhos e confiar somente em pessoas próximas, e na maioria dos casos o abusador é familiar à vítima; o aprisionamento e a adaptação, que constituem o processo de vivência após o ato de violência cometido; as implicações conflitantes da revelação, no qual muitas das vítimas são desacreditadas pela própria família; e a retratação, que frente as consequências da revelação, a vítima tenta amenizar desmentindo a afirmação de vítima de abuso (SANTOS, 2011).

Frente a diversas consequências oriundas da violência sexual, a criança e adolescente buscam de várias maneiras avisar sobre o abuso e as situações de violência sexual, e quase sempre buscam se comunicar de forma não verbal, até por medo de que se falar diretamente acontecer algo pior, pois a criança e adolescente se sente insegurança e desprotegida.

Diante disso, o Guia Escolar descreve em sua cartilha os principais sinais e comportamentos típicos de uma criança ou adolescente que foi assediada ou abusada sexualmente. A cartilha busca através da abordagem dos sinais de abuso orientar ao educador a enxergar esses sinais para que a escola como espaço educador e como a segunda “casa” da criança e do adolescente possa receber orientação e ajuda quanto aos problemas enfrentados de abuso sexual.

De acordo com o Guia Escolar (SANTOS, 2011) os sinais de ocorrência de abuso podem ser identificados através de sinais corporais e provas materiais e sinais de comportamento ou provas imateriais, que se subdividem em comportamento e sentimento da criança, na sexualidade, e nos hábitos e cuidados corporais e higiênicos. No Quadro 5, são apresentados os tipos de sinais corporais que auxiliam na identificação de uma criança ou adolescente que tenha sido assediada ou abusada.

Quadro 5 - Indicadores na conduta de crianças e adolescentes:

SINAIS CORPORAIS OU PROVAS MATERIAIS	
1	Enfermidades psicossomáticas que se traduzem em uma série de problemas de saúde sem aparente causa clínica, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas, que têm, na realidade, fundos psicológico e emocional

2	DST, incluindo aids, diagnosticadas por intermédio de coceira na área genital, infecções urinárias, cólicas intestinais, odor vaginal, corrimento ou outras secreções vaginais e penianas.
3	Dificuldade de engolir devido à inflamação causada por gonorreia na garganta (nas amígdalas, mais precisamente) ou reflexo de engasgo hiperativo e vômitos (por sexo oral).
4	Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus a ponto de causar dificuldade de caminhar ou sentar.
5	Canal da vagina alargado, hímen rompido e pênis ou reto edemaciados (inchados) ou hiperemiados (congestão sanguínea).
6	Baixo controle do esfíncter, constipação ou incontinência fecal.
7	Sêmen na boca, nos genitais ou na roupa.
8	Roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue.
9	Roupas de cama, tapetes ou carpetes com resquícios de sêmen.
10	Gravidez precoce ou aborto.
11	Ganho ou perda de peso, visando afetar a atratividade para o autor de violência sexual.
12	Traumatismo físico ou lesões corporais por uso de violência física.

Fonte: Guia Escolar (SANTOS, 2011, p.88)

Observa-se que os sinais corporais constituem-se como àqueles ligados a saúde da criança, compreendendo o desenvolvimento de doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids, que podem ser identificadas mediante relatos de dor ou incomodo na área genital. A gravidez precoce ou o aborto também são sinais de abuso sexual, em razão do ato cometido nas possuir o consentimento da vítima, tão pouco ser realizado de forma saudável, ocasionando na gravidez e consequentemente na rejeição pelo bebe.

Já as provas materiais, o Guia Escolar aponta as roupas manchadas de sangue ou rasgada, roupas de cama manchada de sangue ou com resquícios de sêmen, por exemplo.

Além dos sinais corporais e das provas materiais, o Guia Escolar orienta quanto a identificação de abuso sexual através de sinais comportamentais ou provas imateriais, conforme Quadro 6:

Quadro 6 - Indicadores na conduta de crianças e adolescentes:

SINAIS COMPORTAMENTAIS OU PROVAS IMATERIAIS	
• Comportamento/sentimento	
1	Mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão.
2	Mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade.
3	Regressão a comportamentos infantis, tais como choro excessivo sem causa aparente, enurese (emissão involuntária de urina) e hábito de chupar os dedos.
4	Medo, ou mesmo pânico, de determinada pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando deixada em algum lugar.
5	Medo do escuro ou de lugares fechados.
6	Autoconceito negativo, baixo nível de autoestima e excessiva preocupação em agradar os outros.
7	Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica.
8	Vergonha excessiva, inclusive de mudar de roupa na frente de outras pessoas.
9	Culpa e autoflagelação.
10	Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, e fadiga.
11	Excitabilidade aumentada (hipervigilância ou dificuldade de concentração).
12	Fraco controle de impulsos, comportamento autodestrutivo ou suicida.
13	Comportamento disruptivo, agressivo, raivoso, principalmente dirigido contra irmãos e o familiar não incestuoso.
14	Transtornos dissociativos na forma de personalidade múltipla.
15	Repetição constante do que outras pessoas verbalizam.
Sexualidade	
1	Curiosidade sexual excessiva; interesse ou conhecimento súbito e não usual sobre questões sexuais.
2	Expressão de afeto sexualizada, ou mesmo certo grau de provocação erótica, inapropriados para crianças e adolescentes.

3	Desenvolvimento de brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais e brinquedos.
4	Masturbação compulsiva ou pública.
5	Relato de avanços sexuais por parentes, responsáveis ou outros adultos, ou mesmo agressividade sexual a terceiros.
6	Representações e desenhos de órgãos genitais com detalhes e características além da capacidade de sua faixa etária. Toque e/ou manipulação constante dos órgãos genitais.
7	Introdução de objetos no ânus ou na vagina.
8	Ansiedade constante relacionada a temas sexuais
Hábitos, cuidados corporais e higiênicos	
1	Abandono, ainda que temporário, de comportamento infantil, de laços afetivos, de antigos hábitos lúdicos, de fantasias.
2	Mudança de hábito alimentar, perda de apetite (anorexia) ou excesso de alimentação (obesidade).
3	Padrão de sono perturbado por pesadelos frequentes, agitação noturna, gritos, suores provocados pelo terror de adormecer e sofrer abuso.
4	Aparência descuidada e suja pela relutância em trocar de roupa.
5	Hábito não usual de lavar as mãos compulsivamente.
6	Resistência em participar de atividades físicas.
7	Tiques motores múltiplos.
8	Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem verbal em crianças muito pequenas.
9	Uso e abuso repentino de substâncias como álcool, drogas lícitas e ilícitas.

Fonte: Guia Escolar (SANTOS, 2011, p.88-90)

A priori, os sinais comportamentais ou provas imateriais são subdivididos em categorias que permite ao educador identificar uma vítima de abuso, mediante ao seu comportamento ou aspectos emocionais, a sexualidade e aos hábitos de cuidado e higiene corporal.

Com base no Quadro 6, constata-se que esses sinais comportamentais e de provas imateriais são, no ponto de vista desta pesquisadora, o que mais impacta no desenvolvimento da criança, pois a criança ou o adolescente deixa de assumir o

comportamento “normal” de uma criança/adolescente e passa a fazer questionamentos acerca de temas voltados a sexualidade.

As dúvidas sobre sexualidade, a representação mediante desenhos de órgãos genitais, as brincadeiras envolvendo assuntos sexuais, são assuntos que por mais que sejam tratados pela educação a sexualidade, são vistos como assuntos que não fazem parte do cotidiano de uma criança ou adolescente que não possuem uma relação sexual ativa.

Frente a identificação desses questionamentos, é possível que o educador identifique uma criança ou adolescente que possa ter sido abusado sexualmente, e a partir disso, começa a observar as atitudes dessa criança e a adotar uma ação pedagógica junto a família para verificar a ocorrência ou não de um abuso sexual.

Outro fator que pode ser crucial para identificar uma vítima de abuso, são os comportamentos, como o medo de ficar sozinha com alguém do sexo oposto, o medo de lugares escuros e fechados, a tristeza, o sentimento de culpa, ou até mesmo os comportamentos mais agressivos.

Após orientação de identificação dos sinais de abuso sexual, o Guia Escolar auxilia o educador a notificar os casos de suspeita e ocorrência de violência sexual. Nesse ponto, ressalta-se que conforme artigo 13, do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando identificados casos de suspeita ou confirmação de violência sexual ou qualquer ato que constitui em maus-tratos contra a criança e adolescente, deve-se imediatamente comunicar ao Conselho Tutelar da região, sem ensejar em quaisquer prejuízos para demais providências legais (BRASIL, 1990).

O Guia Escolar defende a importância da escola em notificar os casos de violência sexual, ainda que seja apenas uma suspeita, visto que o ato de denunciar contribui para que se interrompa o ciclo de violência sexual, seja intra ou extrafamiliar, que em alguns casos é passado em gerações. De acordo com o Guia Escolar, é importante a notificação deste crime, vez que, quando não notificado pode ensejar em consequências gravíssimas para a vida da criança e adolescente (SANTOS, 2011).

A orientação do Guia Escolar para notificação de uma suspeita ou ocorrência de violência sexual, primeiramente é a notificação ao Conselho Tutelar ou a uma delegacia de polícia, para que o caso seja investigado, analisado e identificado se de fato houve a violência sexual para adoção de medidas cabíveis, como o afastamento do convívio familiar, nos casos que o abusador seja da própria família, como estabelecido pelo artigo 101, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nos casos em que a vítima de abuso sexual procurar o educador para pedir ajuda, é importante que este saiba agir para que a criança não se sinta traída, conversando com ela e explicando quais os próximos passos a serem adotados para que receba a ajuda necessária.

O Guia Escolar também evidencia a importância do educador na abordagem da criança ou adolescente, para que este possa manifestar o desejo de falar sobre o ocorrido, testemunhando principalmente no caso. De acordo com este guia, a abordagem do educador para com a criança ou adolescente deve ser cuidadosa, ressaltando a importância desse em saber como proceder a comunicação, evitando certas expressões, como faça de conta que, ou imagine que, expressões que refletem sinônimos de fantasias e jogos, e dando atenção a tudo o que a vítima relatar.

Também é fundamental que se utilize uma linguagem simples, clara e objetiva com a criança ou adolescente, vítima do abuso sexual, sendo imprescindível o uso das mesmas palavras utilizadas pela vítima ao se referenciar as diferentes partes do corpo, passando mais confiança para que a criança ou adolescente se sinta confortável para conversar e denunciar o crime. Além disso, o uso de palavras diferentes do seu contexto, bem como o uso de perguntas que limitam a responder sim ou não, pode ensejar em constrangimento da vítima, e até mesmo invalidando seu testemunho (SANTOS, 2011).

Assim, sendo a escola uma das responsáveis por abordar acerca da educação à sexualidade, isso a torna um espaço acolhedor, onde as crianças e adolescentes que já sofreram ou sofrem algum tipo de abuso sexual se sentem confiantes para relatar os casos de violência sexual, para que assim possam buscar uma ajuda orientada e assertiva para romper com o ciclo da violência. Além disso, a escola também promove o conhecimento acerca da sexualidade, para que as crianças consigam identificar possíveis índices de abuso ou violência.

4.2.2 CARTILHA 2 - Campanha de Prevenção a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa

Essa cartilha é parte de uma ação desenvolvida pela Campanha de Proteção a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes juntamente com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, representado pelo Poder Público, em específico a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e

do Adolescente, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o setor empresarial e a sociedade civil, cujo objetivo é discorrer sobre os principais conceitos inerentes a violência sexual contra crianças e adolescentes.

A presente cartilha apresenta uma abordagem sobre as formas de violência a criança e ao adolescente, os conceitos sobre cada tipo de violência, os direitos da criança e do adolescente e as ações que devem ser adotadas em caso de suspeita de violência contra criança e adolescente. Essa abordagem é realizada de forma clara e objetiva, tornando a cartilha um material de fácil compreensão, principalmente para as crianças e adolescentes.

Ao contrário da cartilha Guia Escolar, que apresenta um material mais extenso e explicativo voltado a orientação do educador, a presente cartilha possui um layout voltado ao público infantil e juvenil, com ilustrações que despertam o interesse em seu conteúdo, com informações resumidas sobre a violência sexual.

Assim, pode-se afirmar que este material é mais para orientação das crianças e adolescentes, como resultados de ações pedagógicas que buscam trazer a temática da sexualidade para as escolas, enfatizando as questões de violência sexual contra criança, como forma de prevenção e identificação de vítimas que já foram ou que ainda são assediadas/abusadas.

A Cartilha Educativa foi desenvolvida com objetivo de abordar sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, pautando-se em dois motivos. O primeiro motivo que levou a elaboração desta cartilha está relacionado as questões sociais, ou seja, em razão da violência sexual infantil ser uma prática e um problema de segurança pública em todo o País.

O segundo motivo para elaboração desta cartilha está relacionado a necessidade de promoção da educação a sexualidade em todo o território nacional, visando prevenir situações de violência sexual, enfrentando esse problema através da educação, da disseminação das principais informações sobre a temática.

A Cartilha Educativa enfatiza o direito da criança e do adolescente no Brasil, sendo estes estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei nº 8.069/90, que objetiva assegurar os direitos da criança e adolescentes, qual seja, o direito à vida, a educação, a saúde, a dignidade, ao respeito, dentre outros (BRASIL, 1990).

O ECA também deixa claro que as crianças e adolescentes devem receber proteção contra todas as formas de negligencia, exploração, violência, discriminação,

opressão e crueldade. Assim, a legislação federal institui a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos, que devem ser respeitados por todos e protegidas (BRASIL, 1990).

De acordo com a Cartilha Educativa, diversas são as formas de violência contra criança e ao adolescente, dentre o qual então: a exploração econômica, também conhecida como exploração sexual comercial; a negligência; o abandono; a violência física; a violência psicológica; a violência institucional; a omissão institucional; e a violência sexual.

Como o objetivo desta pesquisa é voltado a violência sexual, em específico ao abuso sexual, verifica-se que a Cartilha Educativa classifica-o como “[...] a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual” (BRASIL, 2020, p. 9).

Segundo a Cartilha Educativa o abuso sexual ocorre geralmente através de pessoas próximas a criança e ao adolescente, que constituem o ambiente familiar, com manifestação intrafamiliar, quando ocorre dentro do ambiente doméstico, ou extrafamiliar, ou seja, quando ocorre fora do ambiente familiar (BRASIL, 2020).

A Cartilha Educativa não faz menção aos comportamentos típicos de criança ou adolescente vítimas de abuso sexual, assim como não traz formas para identificar uma criança que foi assediada ou abusada sexualmente. A cartilha se limita a conceituar os tipos de violência sexual, a discorrer sobre o direito da criança e adolescente, as formas de violência sexual, as formas de denúncia e mitos e verdades acerca do abuso sexual.

Os mitos e verdades elencados pela Cartilha Educativa serve como forma de compreender sobre o abuso sexual esclarecendo que nem todas as pessoas que abusam de crianças e adolescentessão consideradas pedófilas, sendo uma vez que difere a pedofilia como um transtorno de personalidade, existindo um diagnóstico para essa classificação. A Cartilha Educativa também explica que o abusador não apresenta um perfil específico, podendo ter qualquer personalidade e aparência (BRASIL, 2020).

Um ponto abordado na Cartilha Educativa é a chamada de responsabilidade para toda a sociedade estar atenta aos casos de violência. A Cartilha Educativa enfatiza que nosso País é afetado por diversos tipos de violência, e a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das violências que além de traumatizar a vítima, e ocorrer com frequência principalmente dentro dos próprios lares, afeta o

desenvolvimento e crescimento saudável da criança e adolescente, tornando-se uma questão de direitos humanos, sendo dever do Estado e da sociedade zelar pela dignidade humana (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, a chamada de responsabilidade para a sociedade é fundamental para prevenção do abuso sexual infantil, principalmente para contribuir na identificação de vítimas de violência sexual, cabendo a sociedade o dever de denunciar qualquer suspeita de violência sexual contra criança e adolescente.

A Cartilha Educativa aborda as instituições responsáveis para realização de denúncias de violência contra criança e adolescente. Dentre as instituições estão: o Conselho Tutelar; o Disque 100; a escola, representado pelos professores, orientadores e diretores; as delegacias; Polícia Militar, Polícia Federal ou Polícia Rodoviária Federal; Número 190 (BRASIL, 2020).

Em relação as orientações a família e a escola, bem como o papel da educação a sexualidade, a presente cartilha não entra nesse mérito.

4.2.3 CARTILHA 3 - Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento

A presente cartilha é uma iniciativa do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Nevesca), cujo objetivo é discutir acerca dos diferentes tipos de violência praticada contra crianças e adolescentes, principalmente direcionada à violência sexual infantil. A cartilha também é um instrumento de orientação preventiva e repressiva, para auxiliar na identificação de casos de violência sexual, bem como sua prevenção, alertando a sociedade sobre esse crime e como atuar diante dessas situações.

A cartilha inicia contextualizando sobre o histórico da violência contra crianças e adolescentes, abordando o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data marcada pela história de vida real de uma criança de 8 anos de idade, que foi sequestrada, drogada, espancada, estuprada e levada a óbito pelos próprios familiares, em uma cidade do Estado do Espírito Santo. Esse caso trouxe grande revolta a sociedade, principalmente pelos criminosos não terem sido denunciados e ficarem impunes frente à violência cometida (MTDFT, 2015).

A cartilha enfatiza a importância da atuação da sociedade e a adoção de ações efetivas para o combate à violência sexual e a proteção as vítimas, ressaltando a necessidade da atuação dos órgãos públicos, instituições privadas concomitante com a população, para garantir o cuidado e proteção as crianças e adolescentes.

A cartilha educativa traz em sua abordagem o conceito dos diversos tipos de violência sexual, dentre eles o abuso sexual, sendo definido pela cartilha educativa como um ato de violação a integridade física da criança e adolescente, provocado por uma pessoa mais velha, com objetivo de satisfazer um desejo sexual, desejo este unicamente do abusador, vez que ocorre sem o consentimento da vítima.

De acordo com a cartilha educativa, quaisquer atos que violam sua integridade, seja com palavras obscenas, fotografias de partes íntimas, material pornográfico, telefonemas ou mensagens obscenas e o próprio ato sexual sem consentimento é considerado como abuso e violência sexual (MTDFT, 2015).

Segundo o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios o abuso sexual afeta a experiência sexual da criança ou do adolescente, sendo esta incapaz de consentir ou entender o que está em cena, estando vulnerável a ação do abusador, que na maioria dos casos, ocorre principalmente através de familiares ou pessoas próximas(MTDFT, 2015).

Em relação aos sinais mais comuns de violência contra crianças e adolescentes, a cartilha apresenta uma tabela que se divide em sinais de violência diversos e sinais específicos de violência sexual.

Figura 1 - Sinais mais comuns de violência contra criança e adolescentes

Sinais de violências diversas	Sinais específicos de violência sexual
<ul style="list-style-type: none"> • problemas escolares (baixo rendimento, isolamento, brigas com colegas) 	<ul style="list-style-type: none"> • curiosidade sexual excessiva
<ul style="list-style-type: none"> • condutas antissociais, tais como agressividade e hostilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • exposição frequente dos genitais
<ul style="list-style-type: none"> • ansiedade e medos 	<ul style="list-style-type: none"> • brinquedos ou jogos sexualizados
<ul style="list-style-type: none"> • comportamentos autodestrutivos/ ideiação suicida 	<ul style="list-style-type: none"> • agressividade sexual
<ul style="list-style-type: none"> • distúrbios na alimentação ou no sono (insônia, pesadelos) 	<ul style="list-style-type: none"> • masturbação excessiva
<ul style="list-style-type: none"> • uso ou abuso de álcool 	<ul style="list-style-type: none"> • conhecimento sexual inapropriado para a idade
<ul style="list-style-type: none"> • marcas e hematomas no corpo: olhos, rosto, pernas, braços 	<ul style="list-style-type: none"> • doenças sexualmente transmissíveis;
<ul style="list-style-type: none"> • ferimentos e queimaduras diversas 	<ul style="list-style-type: none"> • gravidez

Fonte: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MTDFT, 2015)

Dentre os sinais mais comuns de violência diversas estão o baixo rendimento escolar, pois a violência afeta a o processo de aprendizagem da criança e adolescente; os problemas escolares, como brigas e isolamento; as condutas antissociais, que incide na briga, na ação agressiva, nas mudanças abruptas de comportamentos; os sentimentos de medo e ansiedade; os problemas de saúde; e sinais corporais, como marcas e hematomas (MTDFT, 2015).

No entanto, existem sinais e comportamentos específicos de criança ou adolescente que já foram ou são abusados sexualmente. Dentre eles estão o excesso de questionamentos sobre sexualidade, decorrentes de uma curiosidade excessiva; a identificação de doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids; a gravidez precoce acompanhada ou não da intenção de abortar; a masturbação excessiva, dentre outros, que deixam aparente um contato com a “prática” sexual.

A cartilha enfatiza a necessidade de atenção para esses sinais, a frequência que ocorre, pois muitas das vezes a ação se torna o meio pelo qual a criança ou adolescente consegue expressar seus medos e dificuldades, uma vez que não possuem ainda recursos cognitivos para transformar essas emoções em palavras (PIAGET, 2007). Além disso, o ato do abuso sexual também enseja em uma mudança

comportamental, que se observada com atenção é identificada pelos responsáveis e pela unidade escolar, ente responsável pela promoção da educação à sexualidade.

Frente aos sinais e comportamentos que identificam indícios de violência contra criança e adolescente, é importante fazer uma observação, constatada mediante análise das cartilhas Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020) e a presente cartilha, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento (MTDFT, 2015), que reitera que o abuso sexual não ocorre apenas por pessoa considerada pedófila. As cartilhas evidenciam como uma ignorância da sociedade pensar que somente os pedófilos que abusam sexualmente de crianças e adolescentes. De acordo com o MTDFT (2015) em consonância com Brasil (2020) a pedofilia é um transtorno de sexualidade, caracterizado por uma doença mental.

Além disso, a ocorrência do abuso sexual ocorre principalmente intrafamiliar, ou seja, por pessoas próximas da vítima, do ambiente doméstico ou do grupo de amigos próximos a família.

A cartilha “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento” faz menção aos efeitos provocados pelo abuso sexual, que abrange a capacidade da vítima em ter relações sexuais, afetivas e amorosas saudáveis, o envolvimento em prostituição, o uso de drogas e álcool, a dificuldade de inteirar-se socialmente, a baixa autoestima e os sentimentos de culpa (MTDFT, 2015).

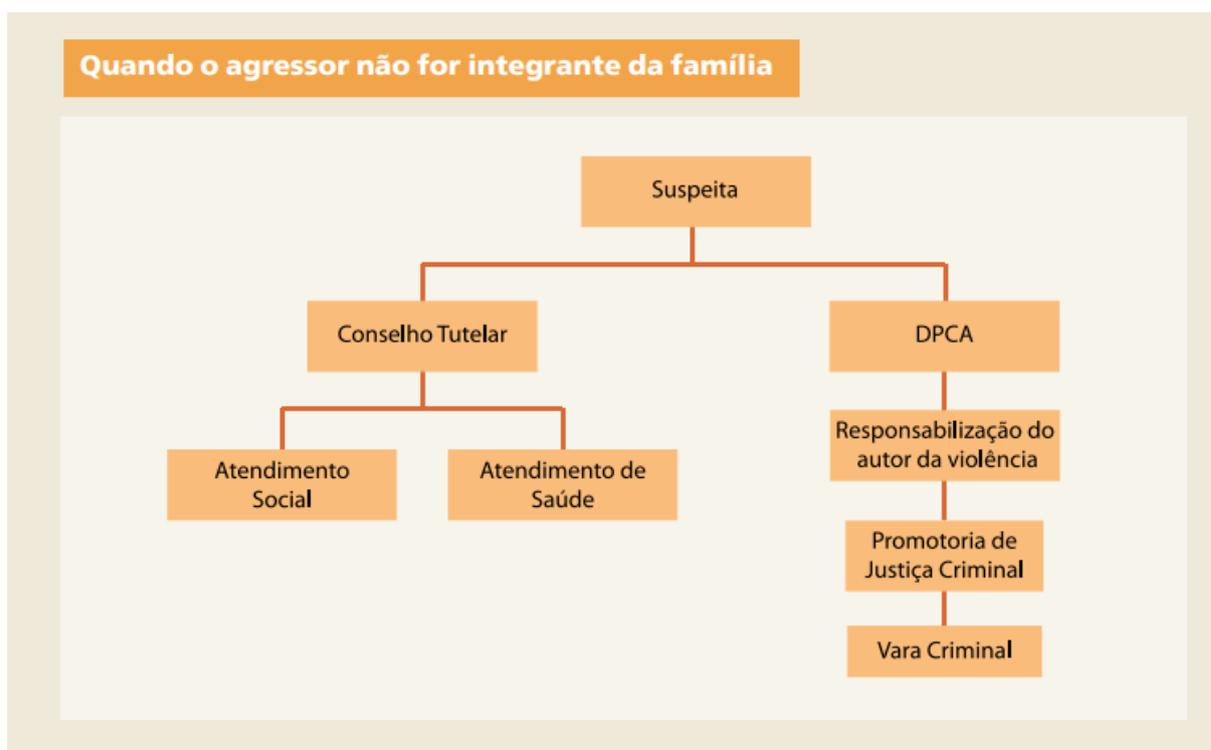
Frente a abordagem dos conceitos e principais sinais e comportamentos de uma criança ou adolescente abusado sexualmente, a cartilha “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento” discute as formas de abordagem com a vítima de abuso sexual, destacando o fato de que é necessária uma abordagem cautelosa, visto que esta já encontra-se fragilizada e precisa ser tratada com cuidado e delicadeza, pois trata de um assunto que para a criança e adolescente abusada/assediada gera um constrangimento.

De acordo com esta cartilha, é fundamental que seja respeitada a forma como a vítima da violência sexual se expressa, dando liberdade para que ela relate os fatos conforme ocorrido, sem pressioná-la, tão pouco exigir repetições sobre os fatos narrados. O ato de repetir o acontecido pode induzir a falhas na memória da criança e adolescente. Além disso, torna-se imprescindível evitar a realização de perguntas

fechadas e indutivas, com respostas que restrinjam a palavras como sim ou não (MTDFT, 2015).

Visando auxiliar na denúncia de casos de abuso sexual infantil, a presente cartilha elabora um fluxograma de enfrentamento da violência, que evidencia o processo de notificações de casos de abuso sexual quando este for intrafamiliar e nos casos de extrafamiliar.

Figura 2 - Fluxograma de enfrentamento de abuso sexual extrafamiliar

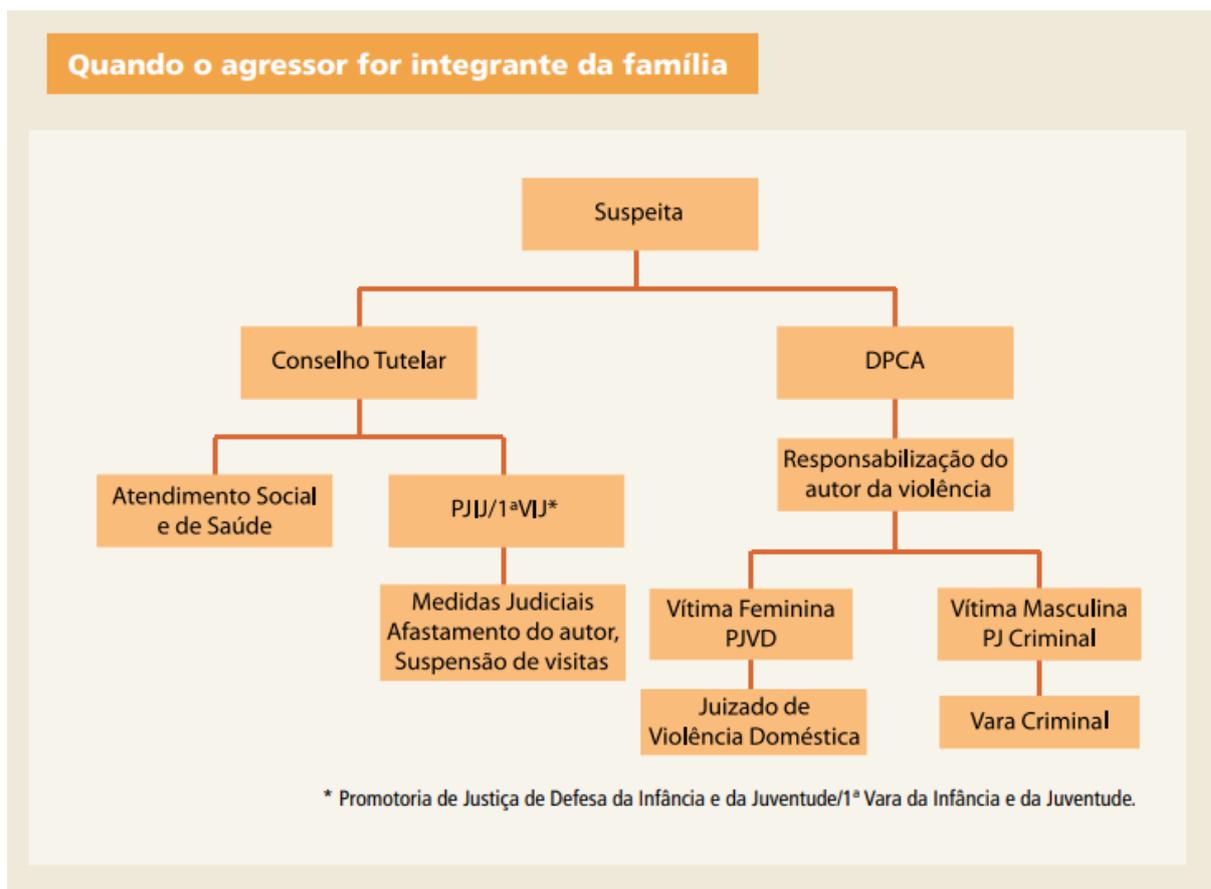


Fonte: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MTDFT, 2015)

Nos casos em que o agressor for extrafamiliar, ou seja, não pertencer ao quadro familiar, a notificação deve ser realizada ao Conselho Tutelar, responsável pelo atendimento social e atendimento assistencial à saúde; bem como na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), que providenciará os tramites para responsabilização do abusador, autor da violência, encaminhará para a Promotoria de Justiça e para Vara Criminal, para apuração do crime frente a legislação brasileira.

Quando o crime ocorre no âmbito familiar, os procedimentos se diferem em alguns aspectos, conforme evidencia-se na Figura 3:

Figura 3 - Fluxograma de enfrentamento de abuso sexual intrafamiliar



Fonte: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MTDFT, 2015)

Como evidenciado na cartilha, a diferença da denúncia de abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar é que, nos casos de abuso sexual infantil que o agressor for do próprio meio familiar, o caso de abuso sexual passa pela Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude/1ª Vara da Infância e Juventude e pelo Juizado de Violência Doméstica, órgão competente para julgar casos de violência contra mulher, já nos casos em que a vítima for do sexo masculino, a responsabilização do autor da violência será analisado apenas pela Promotoria de Justiça Criminal e pela vara Criminal. Ressalta-se que a distinção ocorre em caráter do gênero da vítima, vez que nos casos de agressão contra mulher, há órgãos específicos para análise dos casos.

Em relação as instituições para realização da notificação do crime, a presente cartilha acompanha o Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); e a Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020)

evidenciando as instituições responsáveis por receber a denúncia e proceder com a análise e investigação da suspeita de abuso sexual.

Quanto ao papel da educação a sexualidade, esta cartilha não entra no mérito, limitando-se apenas a uma abordagem de forma generalizada sobre os conceitos de violência sexual, os sinais mais comuns, as instituições e os processos de enfrentamento a violência sexual, sendo considerada, no ponto de vista desta pesquisadora, como uma cartilha de orientação básica.

4.2.4 CARTILHA 4 - Aprendendo a Prevenir: orientações para combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes

A presente cartilha foi elaborada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, com objetivo de orientar e cobrar medidas dos diversos profissionais (policiais, juízes, promotores, técnicos) que atuam como agentes envolvidos nas situações de abuso sexual, cabendo a estes o tratamento interdisciplinar nos casos de abuso e assédio sexual, para que seja rompida a cadeia de violência contra crianças e adolescentes.

Assim, a cartilha busca discutir sobre a importância de conhecer e prevenir sobre os tipos de violência contra a criança e adolescente, a fim de tornarem as ações dos órgãos responsáveis mais significativas e concretos. Em outras palavras, que as ações desenvolvidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais de combate à violência sexual infantil, não compreenda apenas aos procedimentos legais caracterizados pelo crime, mas que demandem de ações mais significativas que resultem no acompanhamento e tratamento necessários a vítima, que na maioria das situações carregam marcas psicológicas que refletem sobre a vida e desenvolvimento da criança e adolescente.

A cartilha “Aprendendo a Prevenir” conceitua o abuso sexual como o ato cometido por indivíduos que usam crianças e adolescentes como gratificação sexual. É o ato sexual, que ocorre sem consentimento da vítima, que pode ser evidenciado através do “[...] toque físico (beijos, carícias, penetração digital, penetração com objetos, sexo oral, anal, vaginal) ou sem qualquer tipo de contato físico (assédio, cantadas obscenas, exibicionismo, voyeurismo, participação em fotos pornográficas)” (CORDEIRO, 2006, p. 4).

De acordo com Cordeiro (2006) o abuso sexual é assim constituído visto que as crianças e adolescentes são colocados frente a prática sexual precocemente, em um momento em que as vítimas ainda não possuem condições maturacionais biológicas e psicológicas para tal, tornando o consentimento algo impossível. A cartilha enfatiza que o abuso sexual afeta não apenas a dignidade da criança, ou seu psicológico, o abuso sexual infantil interrompe o momento da infância da criança, sua dependência, sua vulnerabilidade e principalmente sua inocência (CORDEIRO, 2006).

Em consonância as demais cartilhas já analisadas neste estudo, a cartilha “Aprendendo a Prevenir” relata as formas de manifestações do abuso sexual, podendo este ocorrer intrafamiliar ou extrafamiliar. A cartilha traz uma distinção quanto a forma do abuso sexual, ou seja, no abuso sexual extrafamiliar, que geralmente envolve a exploração sexual da criança e até mesmo a pornografia. Já no abuso sexual intrafamiliar, em sua maioria não utiliza-se da força física, vez que o agressor é integrante do próprio âmbito familiar, razão pelo qual o abuso intrafamiliar é considerado mais persuasivo a criança.

Considerando os sinais, comportamentos e consequências do abuso, a cartilha apresenta algumas das formas que permitem identifica-lo, seja através das consequências físicas ou psicológicas. No entanto, é importante destacar que nem sempre há sintomas ou a criança/adolescente aparenta ter sido abusado sexualmente, por isso, é essencial o acompanhamento das crianças e adolescentes bem como suas mudanças abruptas de comportamento.

Dentre as consequências físicas, a cartilha destaca as lesões no corpo, nos órgãos genitais, a presença de doenças sexualmente transmissíveis e a gestação precoce. Dentre as consequências psicológicas, é possível identificar uma criança ou adolescente que tenha sido abusado sexualmente mediante as mudanças de comportamento, principalmente a frequência de comportamentos agressivos; a presença de condutas sexuais inadequadas, ligadas também a curiosidade excessiva sobre sexualidade; os distúrbios alimentares; a dificuldade no aprendizado escolar; a dificuldade de relacionar-se socialmente; o envolvimento em prostituição e o uso de drogas (CORDEIRO, 2006).

Orienta-se que, diante de uma criança violentada, é importante a abordagem desse assunto com a vítima, ressaltando o que também é evidenciado nas cartilhas Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); Campanha de Prevenção à violência

sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020) e a cartilha, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento (MTDFT, 2015), o fato de que é preciso ouvir a vítima, ter cautela na fala, buscando dialogar de acordo com as palavras usadas pela criança/adolescente e explicar minuciosamente sobre a importância de denunciar esses casos de abuso (CORDEIRO, 2006).

A cartilha também faz menção as instituições responsáveis para encaminhamento da denúncia, como o Conselho Tutelar da região, que deverá de imediato encaminhar o caso para a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e a Vara da Infância e da Juventude; e a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), bem como para auxiliar a criança ou adolescente nessas situações, além de dialogar sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre o crime de abuso sexual, frente a legislação brasileira.

Observou-se que a presente cartilha não entra no mérito da abordagem do papel da educação a sexualidade, tão pouco o papel da escola na identificação e ajuda na prevenção de abuso sexual infantil, sendo considerada uma cartilha apenas orientativa.

4.2.5 CARTILHA 5 - Infância Violada: orientações de enfrentamento ao abuso sexual infantil

Esta cartilha foi desenvolvida pelo Psicólogo Euler Sacramento, em atenção ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com objetivo de promover uma orientação aos pais, educadores, cuidadores, para identificar os sinais de abuso sexual infantil, visando proteger as crianças e adolescentes contra a violência sexual.

A presente cartilha conceitua o abuso sexual infantil como o ato de prazer sexual realizado por um adulto ou adolescente mais velho frente a uma criança ou adolescente mais novo, com intuito de praticar o ato sexual de forma não consentida (SACRAMENTO, 2020).

Considerando os tipos de abuso sexual, a cartilha descreve o abuso intrafamiliar como uma violência silenciada, em outras palavras, assemelha-se esse tipo de violência como um segredo familiar, em que a vítima é abusada e/ou assediada e não pode falar com nenhum responsável, por não enxergarem a realidade do crime.

Em muitas das vezes a criança ou adolescente até conta para a mãe ou algum responsável, mas é desacreditada, por não confiar e/ou não querer ver a situação (SACRAMENTO, 2020). Já o abuso extrafamiliar, a cartilha classifica como aquele cometido por pessoas desconhecidas da criança e do adolescente.

Essa cartilha, diferente das demais discutidas até o momento, como o Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (SANTOS, 2011); Campanha de Prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020) e a cartilha, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento (MTDFT, 2015), é compreendida, no ponto de vista desta pesquisadora, como uma cartilha voltada para a criança e adolescente, e principalmente para os pais e familiares, dado a forma com que é abordado a temática, com uso de uma linguagem simples, com uso de ilustrações de fácil compreensão pelas crianças e adolescentes, e principalmente as falas de crianças que já sofreram abuso ou assédio sexual.

Dentre as abordagens, a cartilha também apresenta as formas que o abuso sexual infantil pode ocorrer, sendo através do contato físico, com carícias, estímulos nos órgãos genitais, a masturbação, a prática da relação sexual, o sexo oral ou anal; ou sem o contato físico, mediante a exposição de vídeos pornográficos, a exposição do corpo do abusador para a vítima ficar olhando e o assédio sexual (SACRAMENTO, 2020).

A cartilha também faz uma abordagem sobre os sintomas comportamentais de uma criança que já foi abusada sexualmente ou que sofre constantemente abuso sexual. Dentre os sinais de alerta, a cartilha apresenta os sinais de crianças em idade pré-escolar, que podem ser identificados pela ocorrência de fazer xixi e coco na cama frequentemente, a ocorrência de perturbação do sono, com incidência de pesadelos, os transtornos comportamentais e o comportamento sexual inadequado para a idade, como as brincadeiras que envolve os órgãos sexuais, o exercício de papéis de pai e mãe, a imitação de gravidez, ou ainda a verbalização de palavras impróprias a sua idade.

Os sinais de alerta para crianças em idade escolar são: o medo, os comportamentos agressivos, a dificuldade escolar, a hiperatividade, a culpa, os desenhos de órgão sexuais, brincadeiras que reproduzem em outras crianças a violência sofrida. Já os sinais de abuso sexual na adolescência são o isolamento social, os questionamentos e sentimento de culpa, a depressão, o uso de álcool e

drogas, os transtornos, a falta de vontade de voltar para a casa, dentre outros (SACRAMENTO, 2020).

A cartilha também aborda sobre as formas de prevenção do abuso sexual e a maneira que se deve proceder a abordagem dessa temática com a criança e adolescente, direcionando para a promoção da educação à sexualidade, com dicas de materiais que serviram de base para a conversa com a criança ou adolescente sobre a sexualidade. Dentre as formas de prevenção, a Cartilha Infância Violada defende o uso da informação como uma das principais armas contra esse tipo de violências. Assim, trabalhar a informação através de ilustração, desenhos, áudios, vídeos do universo infantil, permite uma abordagem clara e cheia de informação para a criança.

Já com adolescentes, a Cartilha sugere a realização de uma palestra, ou uma simples conversa que discorre sobre essa temática, e auxiliem os jovens a identificar situações que podem vir a transformar em assédio ou abuso sexual, prevenindo-se através de informações, contra esse tipo de violência.

Por fim, a cartilha orienta quanto a importância de denunciar os casos de abuso sexual infantil, orientando a vítima ou a pessoa com quem a vítima relatou o caso para procurar o conselho tutelar, órgão responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes que encontram-se com seus direitos ameaçados ou violados; bem como outros órgão federais, municipais e estaduais de denúncia de crime contra a criança e adolescente, como Delegacia Especializada para apurar crimes contra a criança e adolescentes, o Ministério Público, as Varas da Infância e da Juventude, além de programas e sites disponíveis nas plataformas online, como o Projeta Brasil, um aplicativo com localização e indicação de telefones de instituição especializada mais próxima da região, e o Centro Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, para os crimes cometidos através da internet.

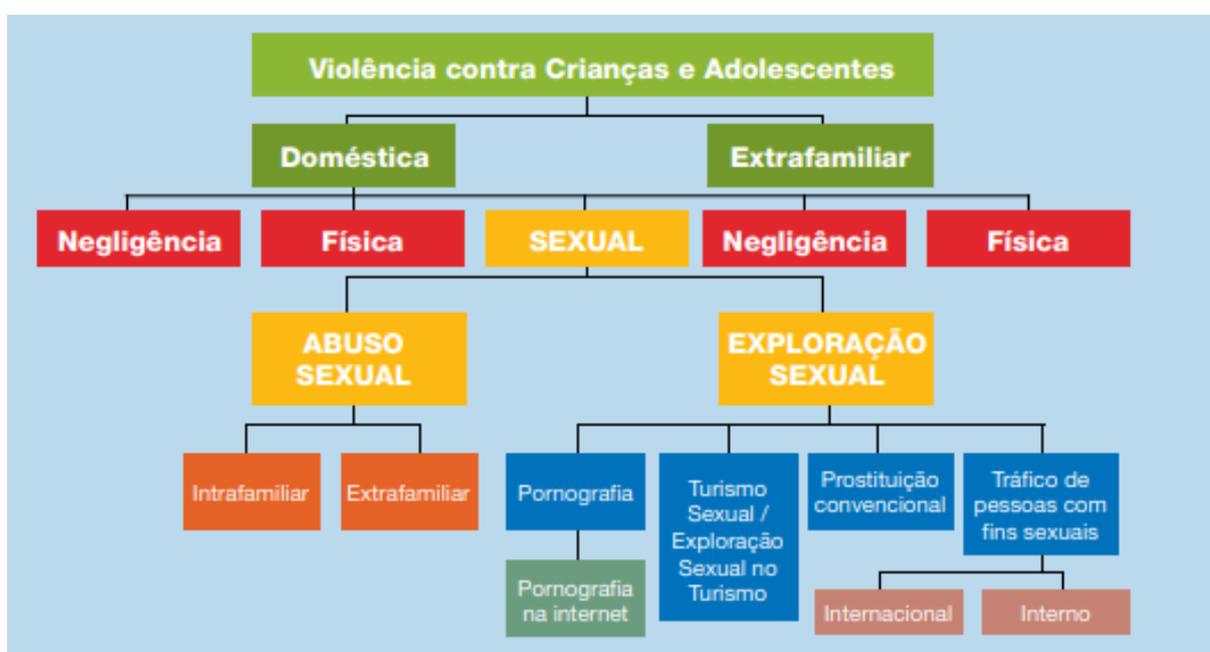
4.2.6 CARTILHA 6 - Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer

A cartilha intitulada “Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer” define a violência sexual como a violação dos direitos sexuais, no sentido de abusar ou explorar do corpo e da sexualidade de crianças e

adolescentes e que podem ocorrer de duas formas: pelo abuso sexual ou pela exploração sexual.

Segundo a cartilha, “o abuso sexual geralmente é praticado por uma pessoa com quem a criança ou adolescente possui uma relação de confiança, e que participa do seu convívio” (BRASIL, 2020, p. 14). Essa violência pode ser classificada como intrafamiliar ou extrafamiliar, ou seja, pode ser realizada por pessoas do âmbito familiar ou fora dele. A Figura 4, ilustra as formas de ocorrência do crime de violência contra a criança e adolescentes, caracterizando a violência intrafamiliar (doméstica) e a extrafamiliar, bem como a maneira que esse crime possa ocorrer:

Figura 4 - Traduzindo a violência

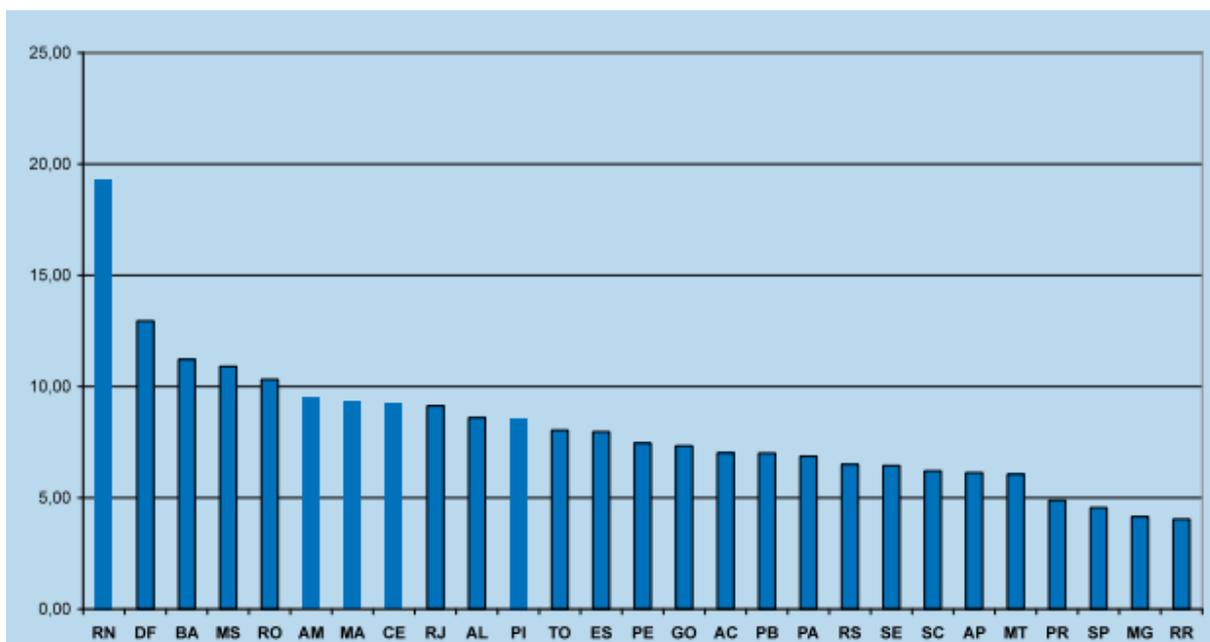


Fonte: BRASIL (2020)

A figura 4, apresenta um fluxograma elaborado pela cartilha, a fim de contribuir para o entendimento dos diversos tipos de violência contra criança e adolescentes, e como cada uma delas ocorrem. A cartilha apresenta brevemente as legislações que constituem parte da temática do abuso sexual contra criança e adolescente.

De modo geral, esta cartilha apresenta de forma simplificada o contexto e os tipos de violência sexual, dando enfoque ao índice de casos de abuso sexual registrados desde 2003 até 2010, e o ranking de denúncias por unidade federal, conforme Figura 5.

Figura 5 - Ranking das Denúncias por UF em 2010



Fonte: BRASIL (2020)

De acordo com a Figura 5, no ano de 2020 o Estado do Rio Grande do Norte foi o que apresentou maior índice de denúncias pelo Disque 100, computando em cerca de 19,31 denúncias a cada 100 mil habitantes. Em seguida, o Distrito Federal representando 12,95 de denúncias a cada 100 mil habitantes, e em terceiro o Estado da Bahia, com 11,22 denúncias a cada 100 mil habitantes.

Nesse sentido, entende-se que essa cartilha não é voltada para a educação a sexualidade, e sim elaborada para visualização do panorama da violência sexual no Brasil e uma breve orientação quanto aos tipos de violência praticada contra criança e adolescente e o índice registrado por cada tipo de violência. Dentre as abordagens, verifica-se que a violência física representou cerca de 37,88% das denúncias recebidas, e logo em seguida a violência sexual, representando 28,71%, e em terceiro a negligencia com 22,99% e a violência psicológica com 10,24%.

Deste modo, convém ressaltar que ao analisar está cartilha registrou-se uma ausência de abordagens dos sintomas comportamentais de vítimas de violência sexual, da abordagem da educação à sexualidade, e a orientação para a família e escola frente a essas situações, limitando-se apenas a apresentar uma abordagem geral sobre o índice de violência no País.

4.3 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS EM ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL

Ao realizar o levantamento dos documentos em esfera Estadual, considerando a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU), mediante uma pesquisa documental no sítio eletrônico da SEDU, bem como através de contato direto via chamada telefônica, não foi possível identificar nenhum documento que aborde sobre a educação à sexualidade como prevenção a violência sexual infantil.

Entretanto, o único documento expedido pela SEDU que aborde sobre a educação à sexualidade em caráter preventivo é o Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, que dispõe como atribuições do gestor educacional a busca de auxílio de órgãos e instituições para apoiar as questões de ensino e família, principalmente quanto a orientação à sexualidade, a prevenção às drogas e à violência (SEDU, 2010).

Outrossim, com base no levantamento realizado junto a Prefeitura Municipal de Itapemirim/ES, em específico a Secretaria Municipal de Educação, através de pesquisa documental no sítio eletrônico e via telefone, foi constatado que não existe nenhuma normatização, programa ou trabalho realizado que aborde a educação à sexualidade nas escolas da rede municipal de ensino.

Diante disso, é importante ressaltar que a ausência de documentos que dialogam sobre a educação à sexualidade dentro das instituições de ensino, vai contra ao disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual, que objetivando a discussão dos temas transversais, enfatiza a necessidade de considerar a sexualidade como assunto inerente à vida e à saúde, orientando às crianças e adolescentes quanto a importância em do exercício da sexualidade com responsabilidade.

No que concerne ao exercício da sexualidade com responsabilidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual vai discutir à sexualidade englobando “[...] as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista” (BRASIL, 1997, p. 287), objetivando ainda, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada.

Nesse sentido, há necessidade em inserir na grade curricular das instituições de ensino no Estado do Espírito Santo, incluindo as escolas do Município de

Itapemirim/ES, abordagem para a Educação à Sexualidade, orientando as crianças e adolescentes quanto a importância de conhecer a si e ao próprio corpo, quanto as relações e diversidade de gênero, quanto a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, quanto a gravidez indesejada, e principalmente quando as questões de violência e/ou abuso sexual, orientando as crianças e adolescentes sobre esse problema social, que infelizmente tem crescido nos últimos anos, tornando-se um problema social, quanto as formas existentes de abuso e violência sexual, e como deve-se proceder nos casos em que identificar essa situação.

Vale lembrar que, a orientação e a promoção da educação à sexualidade é um direito social estabelecido pelo artigo 6º da Constituição Federal, ao relatar que dentre os direitos sociais estão a educação e a proteção à infância, além de trazer no artigo 227 o dever do Estado, da família e da sociedade assegurar a criança e ao adolescente o direito vida, a educação, a dignidade, ao respeito, bem como “[...] colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, p. 1). Diante disso, torna-se fundamental a adoção de metodologia pelas instituições de ensino e pela própria SEDU, para que as escolas passem a dialogar sobre a educação à sexualidade no âmbito escolar, sendo os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual, uma base para auxiliar as escolas e professores a iniciarem a introdução desse contexto no currículo escolar.

5 PRODUTO FINAL

Como contribuição prática, mediante o estudo elaborou-se um produto final, classificado como um blog ilustrado e digital, denominado Blog da Prof. Gabi – Educação Sexual para Crianças, destinado aos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede municipal de ensino do Município de Itapemirim/ES, com o intuito de orientá-los sobre o desenvolvimento de metodologias que podem ser adotadas para promover orientação acerca da educação à sexualidade na prática diária e as formas de enfrentamento de qualquer tipo de abuso sexual infantil.

Esse blog foi elaborado em consonância com os objetivos almejados por esse estudo que buscou compreender a fundo os mecanismos do abuso sexual da criança e o papel preponderante que as escolas têm na prevenção e proteção dessa relação abusiva, assim como a mediação das escolas, através dos seus professores, para promover orientações visando o enfrentamento do abuso sexual infantil.

A premissa é verificar se a metodologia proposta pode ser executada e ainda a forma como esse blog irá impactar o corpo docente e aos alunos da unidade escolar, auxiliando-os na prevenção e combate ao abuso sexual infantil. Trata-se de uma resposta coordenada para entender melhor o papel dos educadores na proteção infantil a essa relação abusiva e criminosa através do seu envolvimento no combate ao problema do abuso sexual com as devidas intervenções para proteção à criança e sua saúde mental, através da aplicação da lei e a devida assistência médica.

Vale destacar que a ideia de elaborar um blog destinado aos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com fins de orientação no processo de educação à sexualidade, se deu principalmente pela vivência desta pesquisadora, enquanto mediadora do conhecimento, que identificou a necessidade de adoção de medidas, e até mesmo orientação aos professores, para saber identificar os casos de abuso sexual infantil e discutir maneiras das instituições de ensino auxiliar processo de prevenção e alerta contra tal violência, através da orientação sexual.

Para acessar ao blog basta clicar na imagem do APÊNDICE B, ou acessar o site: <https://sites.google.com/view/educacao-sexual-para-crianas/home>.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em tese trouxe a abordagem de um tema que vem desde a década de 60 sendo abordado, mas que foi intensificado apenas a partir da década de 80, com a crescente constatação de violência sexual contra crianças e adolescentes. No entanto, mesmo após 40 anos, ainda é possível afirmar que falar de sexualidade das escolas, para crianças e adolescentes é considerado um tabu, seja devido à cultura, a religiosidade, aos valores conservadores das famílias, ou pelo fato da sociedade “achar” que falar de sexo para crianças e adolescentes na escola estará promovendo ou contribuindo para o início precoce da vida sexual.

Em contrapartida, o crescente número de casos de violência sexual infantil no Brasil e no mundo só evidencia a necessidade de quebrar essa barreira cultural e discutir sobre a educação a sexualidade com crianças e adolescentes, como uma ação pedagógica educativa, orientando-lhes a conhecer sobre o seu corpo, a entender a diferença entre sexo consentido e não consentido, abordando principalmente os sinais e comportamentos de violência sexual e as formas com que esse crime ocorre, sendo intrafamiliar ou extrafamiliar.

Desse modo, frente a análise realizada nesta pesquisa, verificou-se que as cartilhas educativas destacam a violência sexual como um fenômeno que vai além do ato sexual físico, compreendendo também as atitudes que não necessariamente envolvem o contato físico e/ou genital direto, mas que promovem o prazer sexual ao agressor.

A pesquisa aqui realizada não define um perfil de agressor, apesar de fazerem alguns apontamentos importantes. No que se refere ao gênero do agressor nota-se que tanto homens quanto mulheres cometem abusos sexuais de diversas formas; contudo, certifica-se que, na maior parte dos casos, o agressor é do sexo masculino. Além disso, as cartilhas demonstram que a maioria dos casos de violência sexual infantil ocorre dentro do ambiente doméstico, o que contribui para o retardo nas denúncias ou até mesmo para a ausência de denúncias.

As cartilhas evidenciam concomitantemente os sintomas e comportamento de vítimas de abuso sexual, apontando sinais como comportamento sexual inadequado, como manipulação excessiva de seus órgãos genitais, desenhos de órgão sexuais, imitação de comportamentos sexuais com outras crianças.

Além dos sinais corporais, a criança ou adolescente também costuma apresentar sintomas emocionais e psicológicos, notórios através do comprometimento do desenvolvimento da criança ou adolescente, bem como de comportamentos violentos consigo mesmo, como uso e abuso de substâncias, estereótipos no comportamento sexual, entre outros.

Assim, a partir das argumentações e propostas trazidas pelas cartilhas, somando-se a detecção da ausência de programas de educação à sexualidade na cidade de Itapemirim, bem como à dificuldade de alguns educadores ao lidarem com a questão observa-se a necessidade de uma abordagem direcionada aos educadores, auxiliando-os na identificação de casos de abuso sexual mediante aos comportamentos e sinais apresentados pelas crianças e adolescentes em sala de aula.

Observamos que as cartilhas pesquisadas discorrem sobre os comportamentos e sinais de alerta para identificar essas situações de violência, contudo, ainda notamos a necessidade de uma abordagem mais aprofundada, que possa orientar os professores e até mesmo os familiares na possibilidade de ações pedagógicas que permitam identificar casos de abuso sexual, sem colocar a vítima em situação constrangedora e até mesmo prevenir que a violência aconteça.

Dentre as cartilhas abordadas, apenas o Guia Escolar trouxe uma abordagem direcionada ao educador, evidenciando seu papel enquanto mediador de conhecimento, para abordar sobre a educação à sexualidade em sala de aula. Dessa forma, é possível apontar propostas de trabalho para a mudança desse cenário.

Visando as mudanças na dimensão estrutural e particular, destaca-se a necessidade da atuação do profissional da educação e das instituições de ensino em promover discussões sobre a educação a sexualidade, como ação preventiva e informativa para as crianças e adolescentes, uma vez, que cumpre a cada profissional da educação e até mesmo como cidadão contribuir na interrupção do ciclo de violência, enfatizando o respeito ao ser humano, sobretudo aqueles que estão em situação de prover, proteger, cuidar como é o caso dos pais e responsáveis pela criança.

Nessa ordem em que o ser humano se ajusta se reconhece e se encaixa na sociedade dentro de sua própria humanidade, faz-se necessário toda essa visão crítica de qualquer ciclo de violência e o papel institucional e humanitário de defender a extinção, exercendo a autonomia de cooperar ao rompimento desse tipo de violência.

Ressalta-se que as situações de abuso sexual infantil e o crescente índice da violência contra criança e adolescente implica na promoção da educação a sexualidade, bem como no preparo e orientação aos professores, para que possam estar atentos aos sinais e comportamentos das crianças que possam evidenciar algum tipo de violência, desempenhando um papel pedagógico e de dever legal, para denunciar possíveis suspeitas de abuso sexual infantil.

Desse modo, através dessa pesquisa foi possível identificar abordagens em outros estudos que destacam a importância da promoção de ambientes educacionais que abordem sobre abuso sexual infantil, sendo preciso mais treinamento e orientações, na forma de projetos pedagógicos, formação continuada e cartilhas preventivas, para que eles possam conhecer e identificar indicadores de abuso sexual infantil e formalizar os processos de denúncia.

Além disso, ao realizar um levantamento de materiais na Secretaria Estadual de Educação e na Secretaria Municipal de Educação do Município de Itapemirim/ES, constatou-se a ausência de materiais que dialogam sobre a educação à sexualidade, ou orientações que retratam sobre o abuso e violência sexual infantil, restando comprovado a falha do Estado e do Município frente a necessidade de abordagem ou realização de projetos que visem a promoção da Educação À Sexualidade, bem como a proteção à criança e ao adolescentes, orientando quanto aos problemas sociais voltados ao abuso e violência sexual infantil.

Assim, a elaboração de um blog como produto educativo deste estudo, destinado às crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com fins de orientação no processo de educação à sexualidade, surge como uma lacuna causada pela ausência de práticas educativas e preventivas dentro da temática do abuso sexual infantil no município de Itapemirim/ES.

Além disso, o Blog também é direcionado aos professores, de modo a auxiliá-los nos trabalhos de identidade com os alunos, nas atividades de conhecimento de si próprio e do seu corpo, servindo como parâmetro para compreensão das crianças que em determinadas partes do corpo somente a criança pode tocar e, que caso algum adulto tente tocá-la sem a sua permissão, deve-se de imediato denunciar, uma vez que, isso implica em abuso e até mesmo violência sexual contra a criança e adolescente.

O intuito com a elaboração do blog foi justamente fortalecer o desenvolvimento profissional de professores neste domínio como um investimento essencial que

beneficia as crianças que foram abusadas, além de ajudar os docentes na sua atuação.

Assim, essa pesquisa faz um apelo aos professores regentes do município de Itapemirim/ES, como escola que são a atuarem de forma crítica, reflexiva e educativa, pois, independente da vontade, os educadores podem intervir identificando, auxiliando e prestando aconselhamento nos casos de abuso sexual infantil, embora nem sempre tenham consciência disso.

Essa afirmativa se dá pelo fato de que as escolas no Município de Itapemirim não adotarem nenhuma diretriz educativa, estratégia, iniciativa ou mesmo projeto que tenha sido desenvolvido e voltado para a prevenção, educação ou mesmo minimização dos casos de abusos sexuais que chegam ao âmbito escolar.

Nesse sentido este estudo buscou identificar de que forma os documentos oficiais da educação abordam a temática da violência sexual contra a criança, bem como sua prevenção, e se essa temática vem sendo inserida no cotidiano das escolas municipais de Itapemirim/ES, cobrando um posicionamento mais incisivo da educação no desenvolvimento de ações que visem conscientizar e previr sobre os casos de abuso sexual infantil.

Logo, esse estudo contribuiu para dialogar com essas temáticas e abordagens das cartilhas de prevenção e combate ao abuso sexual e trazer à tona a necessidade de se discutir a sexualidade no espaço escolar, em especial o abuso sexual, abordado também nos PCN's, até mesmo porque a própria sexualidade em si se trata de um tema que não fica restrito às portas de banheiros, muros e paredes, ao contrário, “[...] ela “invade” todos os espaços da escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles” (BRASIL, 1997, p. 292), a grande inquietação e curiosidade que desperta nos alunos menores.

Assim, à luz das orientações preventivas das cartilhas utilizadas nessa pesquisa (Anexo I), este trabalho procurou se pautar na lacuna existente nessa área no município de Itapemirim/ES para justificar o desenvolvimento deste estudo que vem jogar luz sobre esse universo que ainda atinge a tantos alunos e que faz da prática diária dos professores e profissionais da educação, diante dos casos comprovados de abuso sexual infantil, um desafio para orientar, educar e minimizar seus efeitos na criança vítima desse crime.

Dessa forma, conclui-se pela necessidade de realização de debates sobre a Violência Sexual Infantil, devendo a escola exercer o papel de mediadora do

conhecimento, abrindo espaços para discussão acerca da pluralidade de concepções, de valores e crenças quanto à sexualidade, permitindo que às crianças e adolescentes possuam um espaço em que possa se expressar e dialogar questões que são fundamentais na infância, principalmente na adolescência, uma vez que, é nesse período que ocorre as principais mudanças no que concerne à sexualidade.

Assim, o papel da escola é justamente promover a educação à sexualidade, de modo que, preencha as lacunas no conhecimento que as crianças e adolescentes possuem, auxiliando nas concepções acerca da sexualidade. Nesse sentido, esse estudo anui ao que é estabelecido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual, ao enfatizar que “[...] ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade [...]” (BRASIL, 1997, p. 300) a escola assume o papel de mediador do conhecimento, e contribui para que o aluno desenvolva atitudes conexas aos valores, concepções e crenças estabelecidas por si próprio, rompendo assim, a cadeia de violência sexual infantil.

REFERÊNCIAS

BLACKBURN, T. A influência da educação sexual na saúde do adolescente: Abstinência-somente vs. programas abrangentes. **The Journal of Graduate Nursing Writing**, v. 3, n. 1, 2009, p. 1-10.

BRASIL. **Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer**. Disque Denúncia Nacional. Brasília, 2020. Disponível em<https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/pair/cartilha_disque_100.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa**. Seminário de Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, Brasília, 2020. Disponível em<https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164 p. Disponível em<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>> Acesso em: 22 out. 2020.

BARACUHY, Regina; PEREIRA, Louise Medeiros. Embates discursivos no campo da educação sexual infantil nas escolas brasileiras: em pauta, o PCN orientação sexual e o “kit gay”. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 27, p. 187-203, 2020. Disponível em<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5065>> Acesso em: 30 mar. 2021.

CASTELANI, T.M; TARDELI, D.A. A prática docente no processo de identificação do abuso sexual infantil. **Cadernos de Educação**, v. 19, n. 38, p. 63-79, 2020. Disponível em<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/10538>> Acesso em: 20 jan. 2021.

CATARINO, E.M; ALMEIDA, M.P. A importância do professor da educação infantil no combate à violência sexual infantil. In: **Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar**. 2017. Disponível em<<http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/344>> Acesso em: 20 jan. 2021.

CARIBÉ, J.B et al. **Abuso sexual infantil: preparados, senhores bacharéis?** 2016. Disponível em<<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/123456730/105>> Acesso em: 07 set. 2020.

FREITAS, E.N.S.S. Significados do abuso sexual no olhar de meninas adolescentes de uma escola pública municipal de Feira de Santana. Dissertação (Mestrado): Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015. Disponível

em<<http://www.mpe.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>> Acesso em: 08 set. 2020.

CICCHETTI, D.; CARLSON, V. (Eds.) **Maus-tratos infantis: Teoria e pesquisa sobre as causas e consequências do abuso e negligência infantil**. Cambridge University Press, 1989. Disponível em<<https://psycnet.apa.org/record/1989-98324-000>> Acesso em: 10 set. 2020.

CORDEIRO, F. A. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes** Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006. Disponível em<https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_aprendendo_a_prevenir.pdf> Acesso em: 24 nov. 2020.

COYLE, K; ANDERSON, P; LARIS, B. A. (2016). **Escolas e educação em sexualidade**. In: JAMES, J.; PONZETTI, Jr. (Ed.). Evidence-based Approaches to Sexuality Education. A global perspective. New York: Routledge, 2016.

CROCKETT, Lisa J.; RAFFAELLI, Marcela; MOILANEN, Kristin L. Adolescent sexuality: Behavior and meaning. **Faculty Publications, Department of Psychology**, p. 245, 2003.

CROSSON-TOWER, C. Why are educators so important in the lives of abused and neglected children. **When children are abused: An educator's guide to intervention**, p. 3-7, 2002.

CROSSON-TOWER, C. **Quando crianças são abusadas: um guia para educadores de intervenção**. College Division, Allyn & Bacon, Inc., 75 Arlington Street, Suite 300, Boston, MA 02116. Site: <http://www.ablongman.com>, 2002.

DAVIS, M. Katherine; GIDYCH, Christine A. Child sexual abuse prevention programs: A meta-analysis. **Journal of clinical child psychology**, v. 29, n. 2, p. 257-265, 2000.

DYSON, S. **Famílias e Educação em Sexualidade**. In: JAMES, J.; PONZETTI, Jr. (Ed.). Evidence-based Approaches to Sexuality Education. A global perspective. New York: Routledge, 2016.

ECHEBURÚA, E; GUERRICAECHEVARRÍA, C. **Abuso sexual en la infancia: víctimas y agresores**. Un enfoque clínico. Editorial Ariel, 2000.

ECKENRODE, John; LAIRD, Molly; DORIS, John. School performance and disciplinary problems among abused and neglected children. **Developmental psychology**, v. 29, n. 1, p. 53, 1993.

ELIA, J. P; TOKUNAGA, J. **Sexuality Education: Implications for Health, Equity, and Social Justice in the United States**. Health Education, v. 115, n. 1, 105-120, 2015. Disponível em< <https://eric.ed.gov/?id=EJ1054053>> Acesso em: 26 nov. 2020.

FINKELHOR, D. **Um manual sobre abuso sexual infantil**. Newbury Park, CA. New York, NY: Free Press. 2012.

FINKELHOR, D; JONES, L.M. **Have Sexual Abuse and Physical Abuse Declined Since the 1990s?**. 2012.

FORTENBERRY, J. D. **Sexual learning, sexual experience, and healthy adolescent sex**. 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOLDFARB, Eva S.; CONSTANTINE, Norman A. Sexuality education. **Encyclopedia of adolescence**, v. 2, p. 322-331, 2011.

GOSPODAREVSKAYA, Elena. Post-traumatic stress disorder and quality of life in sexually abused Australian children. **Journal of child sexual abuse**, v. 22, n. 3, p. 277-296, 2013.

HALSTEAD, Mark; REISS, Michael. **Values in sex education: From principles to practice**. Routledge, 2003.

HÉBERT, Martine et al. Proximate effects of a child sexual abuse prevention program in elementary school children. **Child abuse & neglect**, v. 25, n. 4, p. 505-522, 2001.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Rede de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência**. Governo do Estado do Espírito Santo e Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP. Vitória, 2010.

JOHNSON, David W.; JOHNSON, Roger T. Promoting safe educational and community environments. 1999.

KENNY, Maureen C. Child abuse reporting: Teachers' perceived deterrents. **Child abuse & neglect**, v. 25, n. 1, p. 81-92, 2001.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 25. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LEITER, Jeffrey; JOHNSEN, Matthew C. Child maltreatment and school performance. **American journal of education**, v. 102, n. 2, p. 154-189, 1994.

LOVEGROVE, B.; SHERWIN, J. Sex education policy. 2013.

MCDONALD, Lynn; FREY, Heather E. **Families and schools together: Building relationships**. US Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 1999.

MEYER, Fabricio. **Análise do jogo 'trilha da proteção' como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, 2017. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150582>> Acesso em: 03 set. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – MPDFT. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento.** 1 ed. Brasília: MPDFT, 2015. Disponível em <https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_violencia_contra_crianças_adolescentes_web.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – MPDFT. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006. Disponível em <https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_aprendendo_a_prevenir.pdf> Acesso em: 20 dez. 2020.

PARIZ, Juliane; MENGARDA, Celito Francisco; FRIZZO, Giana Bitencourt. A atenção e o cuidado à gravidez na adolescência nos âmbitos familiar, político e na sociedade: uma revisão da literatura. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 623-636, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n3/09.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2021.

PEREDA, Noemí et al. The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. **Clinical psychology review**, v. 29, n. 4, p. 328-338, 2009.

PONZETTI, J. J. Sexuality education: Yesterday, today, and tomorrow. **Evidence-based approaches to sexuality education: A global perspective**, p. 1-14, 2016.

ROBERTS, Ron et al. The effects of child sexual abuse in later family life; mental health, parenting and adjustment of offspring. **Child abuse & neglect**, v. 28, n. 5, p. 525-545, 2004.

SACRAMENTO, E. **Infância Violada: orientações de enfrentamento ao abuso sexual infantil.** 2020. Disponível em <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Inf%C3%A2ncia-Violada-2020._160520150504.pdf> Acesso em: 24 jan. 2021.

SANTOS, B.R. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2021.

SCHERER, C. C.; MACHADO, D. S.; GAUER, G. J. Uma violência obscura: abuso sexual. **Filhos & vítimas do tempo da violência**, p. 32-44, 2003.

SEDU. Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. **Regimento comum das escolas da rede estadual de ensino do Estado do Espírito Santo.** Vitória: SEDU, 2010. Disponível em <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Regimento_sedu1-2.pdf> Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVERIO MARQUES, Sara. **Developmentally Appropriate Sexuality Education: Theory, Conceptualization, and Practice**. 2014. Tese de Doutorado. UC Berkeley.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **UN Study on Violence Against Children**. 2006. Disponível em < <https://violenceagainstchildren.un.org/content/un-study-violence-against-children> > Acesso em: 22 nov. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Report of the Consultation on Child Abuse Prevention. Geneva: WHO, 1999. Disponível em < <https://apps.who.int/iris/handle/10665/65900> > Acesso em: 11 set. 2020.

ZIMMERMAN, J. **Too hot to handle: A global history of sex education**. Princeton University Press, 2016.

SPAZIANI, Raquel Baptista. Violência sexual infantil: compreensão de professoras sobre conceito e prevenção. 2013. 133 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2013. Disponível em < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97497> > Acesso em: 22 set. 2020.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, 2015, p. 71-71. Disponível em < <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/56/educacao-para-a-sexualidade-e-prevencao-da-violencia-sexual-na-infancia--concepcoes-de-professoras> > Acesso em: 30 mar. 2021.

ZOCCA, A.R. **A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores**. 2015. 78 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015. Disponível em < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/132728> > Acesso em: 05 nov. 2020.

APÊNDICE A: O QUE DIZEM AS CARTILHAS SOBRE O ABUSO SEXUAL

Nome/autor	Sintomas do Abuso	Consequências Físicas e Psicológicas	Manifestações e Ações
<p>Infância Violada - orientações de Enfrentamento ao abuso sexual infantil (SACRAMENTO, 2020)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Maior exposição a vídeos pornográficos; - Maior exposição a imagens pornográficas; -O abusador expor seu corpo para a vítima ficar olhando; -Assedio com contato físico; -Fazer carícias/estímulos nas partes íntimas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Xixi e coco na cama (enurese e encoprese); - Comportamento sexual inadequado; - Fuga de casa; - Uso e abuso de álcool e outras drogas; - Transtorno alimentar; - Autoagressão; - Automutilação; - Tomar vários banhos. - Perturbações do sono (pesadelos); - Transtornos de estresse pós-traumáticos; - Manifestam de medo aparente; - Agressividade; - Dificuldades escolares; - Hiperatividade; - Regride seu comportamento; - Sentimento de culpa; - Desenhos de órgãos sexuais; - Reproduzir em outras crianças nas “brincadeiras” a violência sofrida; - Isolamento de tudo e todos; - Sentimento de tristeza, solidão e depressão. 	<p>Intrafamiliar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quando o carinho, de forma sexual é feito entre os membros da família. - Aqueles que deveriam cuidar cometem a violência (“Mamãe, papai me fez pegar no piu, piu dele”. Criança, de 6 anos de idade). - A violência se torna um segredo familiar, a vítima se cala e os demais se negam a enxergar a realidade (“Eu contei, mas mamãe não acreditou em mim e disse para não contar para mais ninguém” - criança de 08 anos de idade). <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> - A criança/adolescente precisa saber o que é o abuso sexual para se prevenir ou pedir ajuda; - Manter a calma e deixar a criança contar tudo, não interromper por mais difícil que seja escutar; - Envolver o mínimo de pessoas possíveis/não expor a vítima. - Conselho tutelar; Delegacia Especializada; Ministério Público; Varas da Infância e juventude, Aplicativos denúncias e disque 100.

<p>Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento. (Ministério Público do Distrito Federal, 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Curiosidade sexual excessiva. - Exposição frequente dos genitais. - Brinquedos ou jogos sexuais (sexualizados). - Agressividade sexual. - Masturbação excessiva. - Conhecimento sexual inapropriado para idade. - Doenças sexualmente transmissíveis. - Gravidez. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comportamento sexual inadequado; - Fuga de casa; - Uso e abuso de álcool/outras drogas; - Transtorno alimentar; - Automutilação e sentimento de culpa; - Perturbações do sono (pesadelos); - Medo aparente “exagerado”; - Agressividade inesperada, dificuldades escolares e hiperatividade - Desenhos de órgãos sexuais; - Isolamento social, tristeza, solidão e depressão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agressores integrantes da família. - Agressores não integrantes da família <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Tutelar; Disque 100; Delegacia especializada (DPCA) ou delegacias comuns; Polícia Federal para crimes internacionais e interestaduais e Polícia Rodoviária Federal para crimes nas rodovias federais.
<p>Um pai que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer. (BRASIL, 2020)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Curiosidade sexual excessiva. - Exposição frequente dos genitais. - Brinquedos ou jogos sexuais (sexualizados). - Agressividade sexual. - Masturbação excessiva. - Conhecimento sexual inapropriado para idade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Hematomas, lesões genitais e anais; - Automutilação; - Tomar vários banhos. - Perturbações do sono (pesadelos); - Transtornos de estresse pós-traumáticos; - Manifestam de medo aparente; - Agressividade e dificuldades escolares; - Hiperatividade 	<p>Quando a violência acontece no contexto família, quanto maior a proximidade com o agressor mais a criança se cala.</p> <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho tutelar; Disque 100; Escola com professores orientandos/diretores com instruções; Delegacias especializadas; Polícia 190; Internet: www.disque100.gov.br
<p>Campanha de Prevenção à Violência Sexual</p>	<p>Podem variar desde a ausência de sintomas até</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Hematomas, lesões genitais e anais - Condutas sexuais inadequadas 	<ul style="list-style-type: none"> - A violência se torna um segredo familiar, a vítima se cala e os demais se negam a ver a realidade;

<p>contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa (BRASIL, 2020)</p>	<p>manifestações físicas, emocionais e sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades nos relacionamentos interpessoais, afetivos e amorosos. - Dificuldades escolares e agressividade - Distúrbios alimentares - Uso de drogas. 	<p>- O abuso sexual intrafamiliar acontece no contexto familiar/doméstico ou envolvendo pessoas próximas cuidadoras da vítima ou mesmo incesto envolvendo um grau de familiaridade (madrasta, padrasto, tios, avós, primos, irmãos)</p> <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho tutelar; Disque 100; Delegacias especializadas e Polícia 190.
<p>Aprendendo a prevenir - orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes (CORDEIRO, 2006)</p>	<p>Variam desde ausência de sintomas até manifestações de sérios problemas físicos, e emocionais e sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Hematomas, lesões genitais e anais - Gestação - Distúrbios afetivos (apatia, depressão, desinteresse por brincar, choro, sentimento de culpa, vergonha e autodesvalorização) - Distúrbio de sono - Envolvimento com prostituição e drogas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Abuso sexual extrafamiliar (vizinho, médicos, religiosos, ou pessoas desconhecidas envolvendo exploração sexual e pornográfica); - Abuso sexual intrafamiliar (envolvendo pessoas próximas cuidadoras da vítima e em alguns casos incesto envolvendo pessoas com grau de familiaridade); <p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ouvir a vítima em ambiente apropriado e proteger sua identidade; - Comunicar ao conselho tutelar; - Delegacia de polícia e proteção à criança e ao adolescente; - Disque 100 - Atendimento médico e psicólogo.
<p>Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (SANTOS, 2011)</p>	<p>-Enfermidades psicossomáticas que se traduzem em uma série de problemas de saúde sem aparente causa clínica, como dor de cabeça,</p>	<p>-Mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Intrafamiliar; - Extrafamiliar; - Notificar ao Conselho Tutelar ou à delegacia de polícia;

	<p>erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas, que têm, na realidade, fundos psicológico e emocional;</p> <p>-DST, incluindo aids, diagnosticadas por intermédio de coceira na área genital, infecções urinárias, cólicas intestinais, odor vaginal, corrimento ou outras secreções vaginais e penianas;</p> <p>-Dificuldade de engolir devido à inflamação causada por gonorreia na garganta (nas amígdalas, mais precisamente) ou reflexo de engasgo hiperativo e vômitos (por sexo oral);</p> <p>-Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus a ponto de causar dificuldade de caminhar ou sentar;</p> <p>-Canal da vagina alargado, hímen rompido e pênis ou reto edemaciados (inchados) ou</p>	<p>-Mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade;</p> <p>-Regressão a comportamentos infantis, tais como choro excessivo sem causa aparente, enurese (emissão involuntária de urina) e hábito de chupar os dedos;</p> <p>-Medo, ou mesmo pânico, de determinada pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando deixada em algum lugar;</p> <p>-Medo do escuro ou de lugares fechados;</p> <p>-Autoconceito negativo, baixo nível de autoestima e excessiva preocupação em agradar os outros;</p> <p>-Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica;</p> <p>-Vergonha excessiva, inclusive de mudar de roupa na frente de outras pessoas;</p> <p>-Culpa e autoflagelação;</p> <p>-Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, e fadiga;</p> <p>-Excitabilidade aumentada (hipervigilância ou dificuldade de concentração);</p>	
--	--	---	--

	<p>hiperemiados (congestão sanguínea);</p> <ul style="list-style-type: none"> -Baixo controle do esfíncter, constipação ou incontinência fecal; -Sêmen na boca, nos genitais ou na roupa; -Roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue. Roupas de cama, tapetes ou carpetes com resquícios de sêmen; -Gravidez precoce ou aborto; -Ganho ou perda de peso, visando afetar a atratividade para o autor de violência sexual; -Traumatismo físico ou lesões corporais por uso de violência física. 	<p>Fraco controle de impulsos, comportamento auto destrutivo ou suicida;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Comportamento disruptivo, agressivo, raivoso, principalmente dirigido contra irmãos e o familiar não incestuoso; -Transtornos dissociativos na forma de personalidade múltipla; -Repetição constante do que outras pessoas verbalizam. 	
--	--	--	--

APÊNDICE B: PRODUTO FINAL



Blog da Profª Gabi

EDUCAÇÃO À SEXUALIDADE PARA CRIANÇAS

COMO CUIDAR DO SEU CORPINHO

Se você é menininha



 Não Pode

 Atenção

 Pode



Se você é menininho



 Não Pode

 Atenção

 Pode

✓ Porque pode?



As áreas verdes
indicam formas
de carinho e cuidado.

⚠️ Porque atenção?

Tome cuidado
com as áreas
amarelas, elas
nos deixam mal
ao serem tocadas.



 **Porque não pode?**

**Tome cuidado
com as áreas
vermelhas, não são
lugares de carinho
ou toque, pois
nos deixam tristes.**



CASO ALGUÉM TOQUE NA ÁREA
AMARELA OU VERMELHA, NÃO TENHA
MEDO DE PEDIR AJUDA.





VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO





CONTE PARA UM ADULTO DE SUA
CONFIANÇA

COMO PEDIR AJUDA!

FALE COM A PROFESSORA
OU PROFESSOR

CONTE PARA UM ADULTO
DE CONFIANÇA

LIGUE PARA A POLÍCIA-190



CASO VOCÊ TENHA PASSADO POR ISSO FALE COM A POLICIA

[Clique aqui e faça sua denuncia](#)

ESSE BLOG É RESULTADO DE UMA PESQUISA REALIZADA PELA PROFESSORA GABRIELA VIEIRA DE OLIVEIRA PIOVEZAN, FRUTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTITULADA **VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO ACERCA DO PAPEL DA ESCOLA NA RUPTURA DA CADEIA DE VIOLÊNCIA**, PARA O CURSO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO, MINISTRADO PELA FACULDADE VALE DO CRICARE/ES.

